

ANA INÊS SOUZA

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA CONSULTA POPULAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURITIBA

2000

ANA INÊS SOUZA

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA CONSULTA POPULAR

**Monografia apresentada como
requisito de conclusão do Curso de
Especialização em Organização do
Trabalho Pedagógico, Setor de
Educação/DEPLAE/UFPR.**

**Orientadora: Professora Andrea do
Rocio Caldas Nunes**

Curitiba, 03 de outubro de 2000

CANÇÃO ÓBVIA

*Escolhi a sombra desta árvore para
repousar do muito que farei,
enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera
vive um tempo de espera vã.
Por isto, enquanto te espero
trabalharei os campos e
conversarei com os homens.
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
minhas mãos ficarão calejadas;
meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;
meus ouvidos ouvirão mais;
meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
porque o meu tempo de espera é um
tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me,
Em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso esperar, na forma em que esperas,
porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
Com palavras fáceis, que já chegaste,
porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
como o jardineiro prepara o jardim
para a rosa que se abrirá na primavera.*

*Paulo Freire
Geneve, março, 1971.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I	4
<i>HISTÓRICO DA CONSULTA POPULAR</i>	4
1. Como surgiu a Consulta Popular e em que críticas se funda?	4
2. Quais são os objetivos e compromissos políticos da Consulta Popular?.....	6
3. Quais os pressupostos básicos de análise social adotados na Consulta Popular?	7
4. Quais são as premissas e referenciais teóricos adotados na Consulta Popular?.....	9
CAPÍTULO II.....	12
<i>ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA CONSULTA POPULAR</i>	12
1. A relação entre formação, organização e mobilização	15
1.1. As marchas populares	18
1.2. As assembléias de lutadores e lutadoras do povo	20
1.3. Os cursos nacionais e estaduais	22
1.4. O saldo organizativo	25
2. Elementos da pedagogia socialista presentes na Consulta Popular.....	27
2.1. O carácter coletivo da formação e a divisão de tarefas	33
2.2. A disciplina e a auto-organização	34
2.3. O papel do intelectual orgânico na Consulta Popular	36
3. O legado de Paulo Freire para a Consulta Popular	39
4. A pedagogia do Exemplo.....	43
4.1. Valores de uma prática militante	45
4.2. Qualidades de um lutador do povo	46
4.3. A idéia de sacrifício pessoal	48
4.4. A mística, a cultura, a simbologia, a alegria	54
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
ANEXO	62
<i>Questionário</i>	63

INTRODUÇÃO

“As idéias germinativas sempre foram corajosamente sustentadas por poucos.”

Milton Santos

Este trabalho tem por finalidade analisar a dimensão pedagógica apresentada nos três primeiros anos de existência da Consulta Popular – movimento político de base – que tem por finalidade construir um Projeto Popular para o Brasil.

O caminho de sua elaboração partiu de uma pesquisa de campo feita através da aplicação de um questionário à aproximadamente quarenta militantes e assessores da Consulta Popular nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Destes, voltaram oito respondidos mas, apesar de poucos, com muita substância, o que será percebido durante o desenvolvimento do trabalho.

Junto à aplicação dos questionários, analisamos um conjunto de textos utilizados nas atividades formativas da CP, anotações pessoais resultantes de nossa participação nestas atividades, além do estudo e análise de suas publicações na forma de cartilhas populares, livros e fitas de vídeo.

Os referenciais teóricos serviram para que fizéssemos a “interlocação abstrata” não apenas com os entrevistados que, através da riqueza nas respostas ao questionário, demonstraram o carinho e a seriedade com que trataram nossa pesquisa, mas também com os intelectuais orgânicos da Consulta, cujas contribuições estão plasmadas nas publicações da CP e no livro *A Opção Brasileira*.

Foi de grande valia as conversas e debates informais que estabelecemos com alguns militantes, fundamentalmente com Carlos Belé que, junto com a Nilde, “carrega nas costas” a Secretaria Operativa da Consulta Popular em São Paulo. Em longas conversas por telefone, Belé nos sugeriu caminhos, apontou bibliografia e foi responsável pelos envios dos questionários fora do Paraná.

Fundamental, também, foi o jeito livre com que a professora Andrea nos orientou, indicando bibliografia, discutindo conteúdo e forma, sem entretanto estabelecer cobranças absurdas ou desrespeitar nosso ritmo determinado pelas condições concretas de vida, dentro das quais realizamos este trabalho. Sendo assim, desde já quero isentá-la das

imprecisões que com certeza serão encontradas, principalmente por causa do nosso jeito meio passional de escrever.

O conteúdo desta monografia foi organizado em dois capítulos, sendo o primeiro dedicado ao Histórico da Consulta Popular e o segundo à exposição e discussão das formas de Organização do Trabalho Pedagógico na Consulta Popular, destacando princípios e outros elementos da Pedagogia Socialista presentes nestas formas.

Ainda, dentro do segundo capítulo, dedicamos um item à discussão da Pedagogia do Exemplo, tal qual é chamada dentro da Consulta. Procuramos, a partir das respostas do questionário aplicado, avaliar os fundamentos desta pedagogia que se propõe desenvolver as qualidades dos lutadores do povo, avaliadas através da incorporação de novos valores na própria prática militante.

Pela nossa inserção no objeto da pesquisa, seus resultados poderão servir como instrumento de intervenção. Assim, ela será enviada à coordenação nacional da Consulta Popular, através da Secretaria Operativa em São Paulo, para o uso que se fizer necessário.

Como o pensamento não é algo que se constrói individualmente, muitos militantes da Consulta verão aqui suas contribuições. E, ainda que não tenhamos estabelecido nenhum contato específico para este trabalho, nosso aprendizado nestes três anos, especialmente no que se refere à organização do pensamento, nós o devemos muito à Plínio de Arruda Sampaio, exemplo vivo de sabedoria.

Esperamos que o resultado desta pesquisa, bem como nossas modestas e limitadas análises, sirvam para colocar mais um tijolinho na construção de um mundo melhor.

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DA CONSULTA POPULAR

1. Como surgiu a Consulta Popular e em que críticas se funda?

Historicamente, o movimento social no Brasil, comporta-se em espiral, com ascensos e descensos que expressam a resistência popular aos modelos econômicos implantados pela classe dominante.

Os movimentos, capitaneados pelos comunistas, que se constituíram em luta armada, foram esmagados por duas ditaduras ferrenhas – na década de 30-40, pelo Estado Novo e, na década de 60-70 pelo regime militar.

O aprendizado destas experiências foi de que um movimento social para ser forte não pode se basear apenas em uma vanguarda, mas precisa ser de massa. E mais, não pode ignorar a religiosidade do povo brasileiro, mas incorporá-la como instrumento histórico de libertação dos oprimidos.

Surgem então, no final de década de 70 e na de 80 o MST, a CUT e o PT, a partir desta nova concepção, fortemente influenciados pela teologia da libertação. É um novo momento de ascensão. Os trabalhadores quase chegam ao governo do país pela via eleitoral.

A burguesia leva um susto e, após a experiência do governo Collor, reaglutina suas forças e se unifica em torno do projeto neoliberal, tendo à frente o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

A intelectualidade progressista se divide. Em 1994 o coordenador do Conselho Político da campanha Lula era Francisco Weffort que, em seguida, assume o Ministério da Cultura do Governo FHC, só para citar um exemplo.

O avanço do neoliberalismo no mundo, a queda do socialismo no leste europeu e a derrota do projeto democrático-popular no Brasil, representado pela candidatura Lula jogam a esquerda brasileira num processo de defensiva jamais conhecido na história de nosso país. E que se estende já, por mais de uma década.

A única exceção a este marasmo da década de 90 foi o MST. Que continuou organizando os pobres do campo e ocupando terras. Mas há um limite para o avanço de um movimento camponês, num país que se urbanizou rapidamente como o Brasil.

O sucesso da Marcha realizada pelo MST em abril de 97, reanima as esperanças. A cidade de Brasília pára e lá se concentram quase cem mil pessoas para receber os sem-terra. A simbologia, a mística daquele momento histórico, dão a ele um significado muito maior do que o de uma simples Marcha pela Reforma Agrária. Acalenta-se o sonho de ver este país transformado em marchas, não apenas por terra, mas por teto, trabalho, educação, saúde, soberania, dignidade.

Este fato, além de reacender as esperanças, planta a idéia de construção de um projeto alternativo para o país, construído na luta, de baixo para cima, pelo próprio povo.

Associado a isto e, no bojo da Campanha Jubileu 2000, a CNBB, através de sua Semana Social e da Campanha da Fraternidade traz à tona o debate sobre as Dívidas Sociais e a Dívida Externa.

Inicia-se um processo de discussão nos estados a partir da militância do MST, CEBs e CMP. Convoca-se uma Conferência em Itaici, São Paulo, em dezembro de 97. Lá reúnem-se cerca de 300 militantes cujas discussões são sistematizadas no livro *A Opção Brasileira*.

Surge assim a Consulta Popular – *“Um movimento, um espaço político de articulação dos lutadores do povo para fazer as lutas de massa, construir um Projeto Popular para o Brasil e fazer as transformações sociais”*.¹

A Consulta Popular se assenta em duas críticas fundamentais, de onde demanda seus objetivos. Uma voltada às elites brasileiras pela opção colonialista e excludente de desenvolvimento e à total subserviência ao capitalismo internacional. Outra voltada à própria esquerda, pela sua acomodação às estruturas, a luta intestina pelo poder, o descolamento das direções em relação às bases e a inorganicidade da intelectualidade progressista ou adesão acrítica ao pensamento único neoliberal. A universidade que deveria ser o espaço por excelência para se pensar o Brasil transformou-se num balcão de projetos fragmentários, financiados pelas agências internacionais. As Escolas Sindicais passaram a fazer formação profissional, a partir do FAT, para um mercado de trabalho inexistente.

2. Quais são os objetivos e compromissos políticos da Consulta Popular?

O objetivo central da Consulta Popular é construir um Projeto Popular para o Brasil, para o que ela precisa envolver milhões de pessoas, pois a idéia não é escrever um documento, um plano de governo, mas transformar radicalmente o país, de maneira que seus recursos sejam potencializados e dirigidos à resolução dos problemas do povo.

Tal projeto deve estar alicerçado em cinco compromissos fundamentais, quais sejam: a soberania, a solidariedade, a sustentabilidade, o desenvolvimento e a democracia.

“Ao nos lançarmos nessa empreitada, sabemos estar pisando em terreno minado. A idéia – como veremos, trivial – de que existem alternativas tornou-se deveras incômoda, e não só para os representantes oficiais do sistema atual. Ela desestabiliza discursos e atitudes que têm justificado o ceticismo, o conformismo, o pragmatismo e todas as demais formas de adesão mais ou menos envergonhada ao que aí está. Tais comportamentos, largamente difundidos, resistem à sua própria deslegitimação e produzem uma desconfiança acirrada, irracional, às vezes inamovível, na possibilidade de que haja outro caminho. Mesmo no âmbito da esquerda, isso se dá: se a disputa passar a opor projetos afirmativos diferentes – e não um projeto conservador e um vazio – as pessoas serão chamadas a se posicionar nesses termos, e quem quiser aderir terá de fazê-lo sem subterfúgio. Muitas carreiras políticas, hoje brilhantes, seriam ameaçadas com isso.”²

A Consulta Popular vêm para desestabilizar, confrontar idéias, rever práticas, chacoalhar a rotina e isto incomoda, cobra responsabilidades, exige esforço, criatividade, ousadia. O discurso revolucionário já não satisfaz, é preciso construir a revolução a partir das condições concretas do Brasil, passo a passo, sem receitas ou modelos importados.

Os militantes da Consulta, na sua maioria já tendo passado pela militância sindical e partidária, sabem que não estão preparados ainda para uma tarefa de tal envergadura pois têm que enfrentar *três crises fundamentais que se instalaram no seio da esquerda nos últimos anos: a crise de valores, de prática e de pensamento.*³

Ou seja, para enfrentar as elites e suas políticas de desconstrução da nação, a Consulta tem que enfrentar antes, ou ao mesmo tempo, os problemas internos à própria esquerda, resgatando a idéia de projeto coletivo, coerência, humildade, lealdade e a capacidade de pensamento abrangente, de longo prazo, estratégico que ultrapasse os calendários eleitorais.

¹ Fala de João Pedro Stédile, no Curso de Formação de Formadores da Consulta Popular, Ibirité, MG, Fev/00.

² BENJAMIM, César e outros. *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro : Contraponto, 1998. Pág. 17 e 18.

³ Cartilha n.º 10: Um passo à frente na Consulta Popular. São Paulo, junho de 2000.

3. Quais os pressupostos básicos de análise social adotados na Consulta Popular?

Fundamentalmente, a Consulta Popular apoia-se na idéia de que o Brasil, durante toda sua história vinha se construindo enquanto nação, ainda que restrita a um projeto de desenvolvimento associado ao capital internacional, de caráter burguês.

Até 1930 o projeto das elites era agro-exportador. De 1930 até 1980 optou-se pela industrialização do Brasil. Tanto um, quanto outro projeto mantinham intacta a base de sustentação capitalista, ou seja, mantinham as desigualdades sociais. Entretanto havia, até então, alguma possibilidade de mobilidade social.

De 1980 a 1994 o projeto de industrialização entra em crise como consequência do endividamento externo e do processo de globalização econômica que varreu o mundo. Neste período, as elites teriam ficado sem um projeto definido que as unificasse.

Fernando Henrique Cardoso representou o novo consenso dos ricos, subordinando completamente a economia do país aos interesses internacionais. De fato, de 1994 para cá, estamos sofrendo as conseqüências de uma opção por um não-projeto nacional. As elites brasileiras aceitaram passivamente o lugar destinado ao Brasil na nova ordem global. Esta opção está nos levando para um processo de regressão ao estatuto colonial, antes mesmo de nos consolidarmos enquanto nação.

Para a Consulta Popular, as elites abriram mão do país. A sua vida é construída dentro de padrões internacionais, totalmente descolada da sociedade brasileira real. A esquerda institucionalizada limitou-se a um programa de reformas, deixando-se ficar nos marcos do sonhar permitido pelas elites. Cabe assim ao povo se organizar, se preparar e tomar em suas mãos o desafio de completar a transição interrompida, *do Brasil-colônia de ontem para o Brasil-nação de amanhã*, utilizando-se o conceito-chave da análise de Caio Prado Júnior.

“Construir a Nação são duas coisas: eliminar de vez os traços coloniais e escravocratas ainda presentes em nossa sociedade e romper com a dependência dos centros do capitalismo mundial.

São esses os dois entraves estruturais que bloqueiam a solução dos nossos verdadeiros problemas: a pobreza; a marginalidade da maioria do povo dos benefícios da civilização; a exclusão dessa maioria de uma efetiva participação nas decisões políticas; a depredação do nosso patrimônio natural; o desequilíbrio crônico da economia; a prepotência das classes dominantes; a corrupção generalizada, tanto na administração pública como nos negócios privados.

Obviamente completar a construção da Nação não conclui a história brasileira. Superados os entraves e atingidos os objetivos aqui assinalados, outros surgirão, dando origem a novos contextos concretos e novas problemáticas, pois é assim que caminha a

história das sociedades humanas. Contudo, nesta conjuntura da história da humanidade e do nosso país, o avanço possível é o da construção da Nação.”⁴

Se durante toda a sua história, a sociedade brasileira, apesar de ter empreendido lutas importantes não conseguiu produzir rupturas significativas, é preciso fazê-lo urgentemente, antes que as elites destruam o que resta da base estrutural construída socialmente, permitindo impulsionar assim, um novo processo de desenvolvimento voltado para suprir as necessidades do povo e rompendo definitivamente com o processo de exclusão social.

Tal análise, têm sido alvo de críticas por parte de segmentos da esquerda que afirmam ser incompatíveis os conceitos de nação e classes sociais.

O que os documentos e as análises na Consulta Popular apontam, entretanto, é um grande esforço no sentido de entender como as classes sociais existem aqui, as suas especificidades.

Além disso, dado o atual estágio do processo de globalização, o Estado Nacional constitui-se num instrumento de defesa da sociedade contra o avanço da exclusão e da barbárie.

“... A utopia do *Manifesto* supõe um grau de desenvolvimento econômico, social e cultural que não está presente nas economias capitalistas dependentes.

Logo, antes de almejar a sociedade comunista, os trabalhadores da periferia devem enfrentar um difícil processo de consolidação de seus Estados nacionais e de superação do subdesenvolvimento. Tal ruptura não é a utopia comunista apregoada por Marx e Engels, mas representa, para os povos de origem colonial – as maiores vítimas da pilhagem e espoliação capitalista – o único meio de resgatar a esperança de uma vida digna. Enquanto o patrimônio tecnológico da civilização ocidental permanecer monopolizado pelas grandes potências capitalistas e pelas empresas transnacionais, o raio de liberdade das economias atrasadas será muito reduzido. O máximo a que podem aspirar os países que se rebelarem contra a ordem hegemônica é socializar pelo conjunto da população os padrões de vida material e cultural que lhes são acessíveis, tendo em vista o grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e as possibilidades de assimilação de progresso técnico geradas pela participação na economia mundial (variável que depende em última instância da reação dos centros decisórios do imperialismo). Não é pouco quando se considera que a alternativa –

⁴ SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Brasil: uma nação para todos*. Texto utilizado originalmente como tese no V Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros, setembro de 1999.

avançar, em maior ou menor velocidade, na modernização mimética dos padrões de consumo – está conduzindo a uma acelerada desagregação social.”⁵

4. Quais são as premissas e referenciais teóricos adotados na Consulta Popular?

Os documentos publicados pela Consulta Popular expressam algumas premissas teóricas quais sejam: a prática depende de uma teoria e esta deve ser como uma luz para descobrirmos o sentido da história e do projeto histórico; sempre há uma correlação de forças objetivas na sociedade que determina os passos a serem dados e esta precisa ser considerada em cada momento histórico; a base de análise teórica deve ser de entender a natureza dos problemas existentes na sociedade e buscar as soluções junto com o povo.

A partir dessas premissas, a Consulta Popular indica os referenciais teóricos a serem estudados nas diferentes áreas do conhecimento humano e que são o substrato de suas publicações, seminários e cursos:

- a) na história: Caio Prado Júnior;
- b) na economia: Celso Furtado;
- c) na sociologia: Florestan Fernandes;
- d) na geografia: Josué de Castro, Manuel Correia e Milton Santos;
- e) na antropologia: Darcy Ribeiro;
- f) na pedagogia: Paulo Freire.

As referências teóricas são indicadas no sentido de compreender o processo civilizatório da sociedade brasileira, ou seja a formação de seu povo, os entraves da construção do país enquanto nação soberana, a natureza das elites locais, as lutas populares empreendidas em diversos momentos de nossa história e, mais recentemente, o processo de inserção do Brasil no mundo globalizado.

A interpretação e análise crítica do processo histórico brasileiro é base para impulsionar e qualificar as lutas empreendidas no presente, rompendo com a idéia de conformismo de nosso povo, tão presente na história oficial.

Além dos referenciais teóricos nacionais, a Consulta tem resgatado alguns clássicos do socialismo internacional, reeditados pela Editora Expressão Popular, entre eles: Reforma ou Revolução, de Rosa Luxemburgo; Sobre a Prática e Sobre a Contradição, de

⁵ SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. *A atualidade do Manifesto na periferia do capitalismo*. Estudos

Mao Tsé- Tung; Fundamentos da Escola do Trabalho, de Pistrak; O Papel do Indivíduo na História, de Plekhanov, entre outros.

O livro *A Opção Brasileira*, de César Benjamim e outros autores, da Editora Contraponto, é a principal elaboração teórica da Consulta Popular. Na sua introdução estão expostos os motivos fundantes deste movimento e seus principais objetivos. A primeira parte traz uma análise macroeconômica, apontando o sentido da construção nacional e as causas de seu bloqueio. A segunda parte trata do cenário estrutural do Brasil – geografia, demografia, infra-estrutura, distribuição da riqueza, etc. A terceira parte do livro trata da característica de dependência que marcou e marca até hoje nosso desenvolvimento, assim como o lugar do Brasil na atual ordem mundial. Por fim, a quarta parte, trata da proposta de desenvolvimento nacional soberano e solidário, ou seja a opção brasileira.

Numa dimensão mais popular, contribuindo para que o debate teórico seja acessível à base da sociedade, a Consulta tem uma série de publicações na forma de textos, cartilhas e vídeos, a partir do esforço e engajamento de vários intelectuais brasileiros, tais como: César Benjamim, Plínio de Arruda Sampaio, João Pedro Stédile, Leonardo Boff, Frei Beto, Ademar Bogo, Ranulfo Peloso, Reinaldo Gonçalves, Emir Sader, Plínio de Arruda Sampaio Júnior, Tânia Bacelar, entre outros.

A referência teórica central na proposta pedagógica da Consulta Popular é Paulo Freire, não como inventor de um método, mas como defensor de um conjunto de valores pedagógicos, imprescindíveis para a formação de uma nova cultura política.

Ainda que, na Consulta Popular, não haja uma indicação formal da leitura de Makarenko, há muitos gestos que lembram as práticas pedagógicas desenvolvidas por este pedagogo organizador – que em 1920 aceita o desafio de organizar uma colônia para crianças abandonadas e órfãos após a primeira guerra mundial na jovem República Socialista Soviética.

Vivendo e trabalhando em países e momentos históricos diferentes, Paulo Freire e Makarenko têm em comum a idéia de que ninguém pode educar ninguém, se não se coloca objetivos políticos. Para ambos a educação é uma forma de intervenção no mundo, portanto é muito mais que instrução. Suas teorias estão tão próximas da prática que parecem se confundir com elas mesmas.

“Passaram-se os anos e a figura de Makarenko sempre se mesclou à minha visão da América Latina. Visitei quase todos os países de nosso continente e constatei as enormes deficiências existentes em seu sistema educacional. Imaginava que um dia a realidade social latino-americana descobriria, em toda a sua plenitude, a proposta defendida por Makarenko. A respeito dele, Paulo Freire me disse certa vez: ‘Ele é o pai de todos nós. Ele é tão grande quanto um Fidel, um Amílcar Cabral, um Samora Machel’. Numa outra ocasião, intuí que Darcy Ribeiro, com seu programa ligado aos CIEPs cariocas, caminhava na direção de Makarenko. Infelizmente, essa experiência foi destruída pela direita, que não admite uma educação popular, muito menos uma pedagogia autogerida. Tanto Paulo Freire quanto Darcy Ribeiro são os educadores que mais perto estiveram, no Brasil, da aplicação cabal das propostas pedagógicas de Makarenko.”⁶

O trabalho coletivo, o caráter político do projeto educativo e a história como possibilidade são categorias marcantes tanto em Paulo Freire, quanto em Makarenko e são também valores pedagógicos centrais para a Consulta Popular, devendo ser cultivados por seus militantes – lutadores do povo – pessoas que dedicam suas vidas à luta coletiva.

⁶ CAPRILES, René. *Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista*. São Paulo : Scipione, 1989.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA CONSULTA POPULAR

O trabalho pedagógico na Consulta Popular ainda tem uma organização frágil, dada à carência de quadros com tempo disponível para se dedicar a esta tarefa – reconhecida como fundamental neste momento histórico – e ao pouco tempo de sua existência.

Considerando-se o tempo de existência da Consulta Popular, três anos de trabalho voluntário militante, num país de dimensões como o nosso, os primeiros passos desse movimento já mostraram as possibilidades reais de sua adolescente organização, pela quantidade e qualidade das atividades já realizadas:

- a) Conferência de Itaici, SP, em dezembro de 97, precedida de reuniões preparatórias em vários estados;
- b) Marcha pelo Brasil, realizada na forma de colunas que partiam do interior dos estados para as capitais em agosto e setembro de 98;
- c) quatro Cursos Nacionais no Instituto Cajamar com uma média de 100 participantes, durante os anos de 98 e 99;
- d) Marcha Popular pelo Brasil, onde cerca de 1100 “lutadores e lutadoras do povo” vindos de 23 estados, caminharam a pé 1.600 Km, do Rio de Janeiro à Brasília, entre 26/07 e 07/10/99;
- e) Assembléia Nacional dos Lutadores do Povo, que reuniu 5000 militantes de 8 a 10/10/99 em Brasília no final da marcha;
- f) Curso Nacional de Formação de Formadores da Consulta Popular, que reuniu mais de 200 participantes em Ibirité, MG, de 27/02 a 03/03/2000;
- g) vários Cursos de Multiplicadores e Assembléias Estaduais de Lutadores do Povo (no Paraná, em 99, realizamos 2 cursos de 4 etapas; um em União da Vitória e um em Curitiba; este ano já realizamos 2 etapas do curso de multiplicadores em Curitiba e a Assembléia Estadual dos Lutadores do Povo, nos dias 17 e 18 de agosto, que contou com a presença de 600 militantes de base da Igreja e de diversos Movimentos Populares do campo e da cidade;
- h) uma série de debates e plenárias estaduais e micro-regionais, além de grupos de estudo sobre temas específicos;

- i) publicação de muitos materiais pedagógicos (cartilhas, vídeos, livros) que estão sendo disponibilizados a preço de custo e distribuídos a uma grande quantidade de municípios brasileiros;
- j) venda e organização da Exposição Êxodos, do fotógrafo Sebastião Salgado;
- k) engajamento efetivo no Plebiscito Nacional da Dívida Externa.

Esta lista de realizações é a prova do esforço pedagógico efetivo dos militantes da Consulta Popular nestes três anos de existência de sua existência, cujo conteúdo tenta, por um lado, superar a inércia da esquerda brasileira nesta última década e, por outro, combater o projeto neoliberal, denunciando à sociedade como um todo, a subserviência das elites brasileiras à tal projeto, ao mesmo tempo que anuncia e conclama o povo à construção de um Projeto Popular para o Brasil.

Explicitando melhor, o conteúdo e as ações pedagógicas da Consulta Popular tentam responder às duas críticas fundamentais sobre as quais ela se assenta: uma, à direita (e óbvia), pela opção colonialista e excludente de desenvolvimento; outra, à esquerda (e polêmica), pela sua opção reformista e ações reduzidas quase exclusivamente aos marcos da democracia burguesa nestes últimos 10 anos.

Perguntados sobre em que medida a Consulta Popular vêm contribuindo para superar as situações criticadas, seis dos oito entrevistados que responderam ao questionário, dizem que a Consulta Popular *resgatou e colocou em pauta novamente, o debate sobre os destinos do Brasil e o retorno ao trabalho de base, constituindo-se num espaço plural de discussão e manutenção de uma referência socialista, humana e solidária.*

Um dos entrevistados, advogado, militante da Consulta Popular em São Paulo, faz uma análise que, apesar de longa, merece ser citada quase na íntegra, dada à importância dos elementos abordados, para a análise que este trabalho se propõe fazer:

“(...) Em nossas análises do processo histórico, costumamos destacar que nunca as condições objetivas foram tão favoráveis à construção de uma alternativa popular e, da mesma forma há muito tempo não experimentamos condições subjetivas tão desfavoráveis. Em outras palavras, temos uma população concentrada nas grandes cidades (o que facilita objetivamente sua mobilização), majoritariamente alfabetizada, com acesso à meios de informação (que por mais manipulados que sejam possibilitam o conhecimento da realidade), com experiências de lutas (quantos já participaram de greves, marchas,

passeatas, manifestações, etc.). Toda essa gente enfrenta uma grave crise onde cada vez fica mais evidente que nada lhes é oferecido em termos de futuro. Por outro lado, nunca vivenciamos uma esquerda tão sucumbida ao pensamento capitalista, sem nenhuma auto-estima, incapaz de desenvolver medidas ousadas, que respondam às necessidades objetivas.

Pois bem, esta tem sido uma análise recorrente em nossas discussões. Penso que para responder à questão formulada é necessário partir desta avaliação. A própria existência da Consulta Popular, enquanto alternativa orgânica, representa a principal contribuição para alterar positivamente esse quadro. Na medida em que apostamos que as condições objetivas possibilitam ações ofensivas no plano político, passamos a influir na correlação de forças, interferindo nas condições objetivas. Vamos aos exemplos práticos. A proposta da Marcha Popular pelo Brasil (tão silenciada pela direita e pela esquerda), foi decisiva para tirar o PT da poltrona parlamentar em que descansava e investir na “Caravana” dos 100 mil à Brasília. A própria Marcha mostrou nossa capacidade, coragem e ousadia. Abandonados pelo PT e pela CUT fomos capazes de realizar sozinhos um verdadeiro feito histórico.

(...) As experiências da Editora Expressão Popular mostram a viabilidade de se resgatar o trabalho voluntário e o espaço e interesse existente para o debate dos temas revolucionários. As experiências pedagógicas que iniciamos se multiplicaram por todo o país (...). Finalmente com o Plebiscito voltamos a inserir a questão da dívida externa no centro da conjuntura nacional, desenvolvendo de uma forma criativa a agitação e propaganda contra o ponto central do projeto do inimigo. Portanto, nossa contribuição é inegável.”

A contribuição citada, deixa claro que o desafio da Consulta Popular é se constituir num “sujeito coletivo pedagógico”⁷ que ajude a criar as condições subjetivas necessárias à transformação radical das condições objetivas presentes na realidade brasileira atual.

É um desafio bastante ousado para uma conjuntura onde os meios de comunicação de massa, nas mãos das elites dominantes, exibem em tempo integral, programas que só fazem fortalecer os valores da competitividade e individualismo, obedecendo a lógica dominante que é a lógica do mercado.

⁷ O professor Miguel Arroyo fez uma excelente explanação sobre isto no Curso de Formação de Formadores da Consulta Popular em Ibitiré, MG, fev/2000, transcrita em texto e distribuído na CP.

Mas, como a política revolucionária não é a arte do possível – “como pensa hoje uma grande parte da esquerda -, mas sim a arte de construir uma correlação de forças social, política e militar que permite transformar o que aparece impossível neste momento em algo possível no futuro”⁸; ainda que as forças mobilizadas pela Consulta Popular não compreendam àquelas citadas por Harnecker, o desafio proposto faz parte de uma concepção de realidade, que inclui não apenas o que é, mas o que pode vir a ser. Não como fábula⁹, mas como utopia¹⁰, possibilidade de ser outra coisa, já presente dentro do que é.¹¹

É esta concepção de realidade que permite antever outro mundo que não este, repetido como único possível:

“O mundo definido pela literatura oficial do pensamento único é, somente, o conjunto de formas particulares de realização de apenas certo número dessas possibilidades. No entanto, um mundo verdadeiro se definirá a partir da lista completa de possibilidades em certa data e que incluem não só o que já existe sobre a face da terra, como também o que ainda não existe, mas é empiricamente factível. Tais possibilidades ainda não realizadas, já estão presentes como tendência ou como promessa de realização. Por isso, situações como a que agora defrontamos parecem definitivas, mas não são verdades eternas. (...) É somente a partir dessa constatação, fundada na história real do nosso tempo, que se torna possível retomar, de maneira concreta, a idéia de utopia e de projeto.”¹²

1. A relação entre formação, organização e mobilização

O desafio pedagógico a que já nos referimos constitui-se, na prática, à construção de uma potente vontade coletiva de mudança, que canalize a insatisfação popular para ações concretas de transformação social.

Na busca desse objetivo, a Consulta Popular procura se assentar sobre três pilares: a formação política (massiva e de quadros, como espaço de análise, qualificação, reflexão da

⁸ HARNECKER, Marta. *Fidel. A estratégia política da vitória*. São Paulo : Expressão Popular, 2000.

⁹ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Record, 2000.

¹⁰ FREIRE, Paulo. *Conscientização*. 3ª ed. São Paulo : Moraes, 1980, p. 27: “Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico.”

¹¹ Sobre isto ver também: A. Schmidt (*The concept of nature in Marx, 1971*). In: Milton Santos, obra citada acima, p. 168.

¹² Ídem, p. 160.

própria prática); mobilização e lutas de massa (pressão política para conquistar direitos, protesto, propaganda e espaço de politização); e organização (enraizamento orgânico em todo o país, direção política, construção de identidade, unificação de objetivos).

A consolidação destes três pilares, articulados dialeticamente, já se constitui por si só um desafio para a Consulta Popular, pois pressupõe compromisso e maturidade, coordenação de esforços conjugados, divisão de tarefas e exercício de trabalho coletivo; elementos que, na teoria funcionam muito bem, mas na prática esbarram em dificuldades que vão desde a limitação quantitativa, quanto qualitativa da própria militância. Poucas pessoas têm que fazer muitas coisas. Não há quadros profissionalizados e a militância voluntária tem os limites da própria luta pela sobrevivência, além é claro, das próprias limitações político-ideológicas.

“No plano das idéias, todos concordam com os três pilares”- diz uma das entrevistadas, psicóloga, militante da Consulta em São Paulo. “O problema é que dependendo da sua origem, de sua experiência militante, ou formação teórica, cada um quer ‘puxar a brasa para sua sardinha’. Mesmo assim há um esforço para a soma, as iniciativas relacionadas com qualquer dos três pilares são valorizadas quando encaminham para o objetivo geral.”

Uma outra entrevistada, filósofa, participante do curso de multiplicadores aqui em Curitiba, respondendo à questão sobre as dificuldades encontradas pela Consulta na consolidação dos três pilares, diz que o problema reside no *“perigo em dogmatizar a teoria, de centralizar a organização em grupos que têm dificuldade em democratizar as ações e as relações; e, na mobilização, o desafio é envolver, fazer com que ‘a cidade’, o povo da cidade, se identifique com um projeto como este...”*.

A questão da mobilização como decorrência da própria identificação com o projeto é também abordada por outro entrevistado, historiador, assessor do curso de multiplicadores em Curitiba. Para ele *“a Consulta Popular trouxe avanços no campo da formação”*, no entanto, acha que a CP *“precisa avançar em propostas concretas, em torno das quais, se crie uma identidade popular forte, capaz de atingir outros setores dos movimentos sociais, além de segmentos explorados e oprimidos, viabilizando mobilizações com maior envergadura, seja em relação à quantidade de mobilizados, quanto dos efeitos sociais destas mobilizações.”*

Para outro entrevistado, estudante de filosofia, militante do MST e da CP aqui em Curitiba, a consolidação dos três pilares *“na teoria e na prática dos militantes depende em grande parte da disposição e radicalidade com que cada um assume a tarefa revolucionária de construir um Brasil Popular, havendo também um vínculo com a subjetividade de cada militante.”*

Pelas respostas dos entrevistados vê-se que o próprio caminho ou metodologia escolhida pela Consulta para a construção do Projeto Popular vem se confirmar como um desafio por si só. E isto porque tal opção metodológica, implica incorporação de novos valores por parte daqueles que se dispuserem a trilhá-los.

A história da esquerda no Brasil, não se colocou seriamente tal desafio. Dependendo da tendência política ela pendeu para um ou outro pilar, daí as denominações: basista, vanguardista, ativista, academicista, eleitoralista e, por aí afora; resultando sempre numa construção frágil, porque um ou outro pilar acabava por ser deixado de lado, comprometendo toda a edificação.

Em, mantendo-se firme na opção metodológica, ainda que isto atrase a sua consolidação enquanto um movimento social forte – referência de fato, de luta popular – a Consulta poderá trazer contribuições que superem os vícios históricos da esquerda e impulse a construção, de baixo para cima, de um verdadeiro Projeto Popular para o Brasil. Caso contrário, será apenas mais um movimento social, entre tantos outros existentes em nosso país, sem entretanto dar o salto de qualidade a que se propõe.

Num de seus documentos, sistematização de um balanço coletivo dos três anos de atuação da CP, César Benjamim diz o seguinte:

“Não nos esqueçamos: a Consulta é um meio, não um fim. O motivo de sua existência não é criar mais uma estrutura de poder, voltada para alimentar uma nova burocracia. Ela existe para apoiar o trabalho dos militantes. Fazer com que eles não se sintam isolados. Integrá-los em um projeto nacional. Difundir material de boa qualidade. Numa palavra, torná-los militantes melhores.” (...)

“Do ponto de vista da prática, a Consulta, ao afirmar a necessidade e a possibilidade de construir um projeto popular – e assumir isso como uma tarefa para hoje – chama as pessoas para uma militância que exige mais seriedade e mais dedicação. (...) Não queremos jogar fora a bandeira da transformação profunda da sociedade brasileira, como muitos fazem; mas tampouco entramos em campeonato de radicalismo, colocando a retórica e a doutrina acima da nossa capacidade de ver, julgar e agir.” (...)

“A Consulta é uma experiência que não segue um modelo tradicional. É difícil de ser classificada. Se formássemos mais uma tendência dentro de um partido de esquerda já existente, como tem sido proposto por alguns companheiros, seríamos aceitos com facilidade. Por que não fazemos isso? Porque o ambiente que predomina nesses partidos não permite que se avance por esse caminho. A refundação dos valores, da prática e do pensamento, deve ser a nossa principal tarefa dentro da esquerda. A luta interna exacerbada, o apego aos cargos e o carreirismo desenfreado são uma máquina de deformar – não de formar – militantes. Na maioria dos estados e regiões, infelizmente, é um processo sem retorno. A luta interna de hoje é filha da luta interna de ontem e prepara a luta interna de amanhã, num moto perpétuo do qual não se consegue escapar, a não ser fazendo-se uma ruptura com ele. Uma ruptura necessária, pois a sociedade brasileira, que vive uma crise de dimensões históricas, não vai esperar a esquerda resolver suas querelas.”¹³

Há uma urgência no processo histórico, dado o acelerado ritmo de exclusão social. A incorporação de grandes contingentes da população na construção de um Projeto Popular para o Brasil, que inclua todo o povo brasileiro, exige muito esforço e sacrifício pessoal, além de novas formas de luta política.

1.1. As marchas populares

Esta é uma atividade política considerada central na Consulta Popular por sua característica pedagógica de exemplo e auto-formação.

O conjunto de caminhantes – gente da base, lideranças, homens, mulheres – passam pelas mesmas privações: exposição ao sol e à chuva, alimentação precária, dificuldades de comunicação com amigos e familiares, pernoite em barracos improvisados, dificuldade de local para banho e lavagem de roupa, etc. Ou seja, as marchas constituem experiências concretas das privações sob as quais vivem cotidianamente, grande parte da população brasileira. É um exercício ímpar de alteridade. Como as dificuldades são generalizadas, a marcha desenvolve um forte sentimento de solidariedade dos participantes entre si e com as comunidades por onde passa.

Um outro aspecto formativo que a marcha desenvolve, é a capacidade organizativa e de disciplina, sem o que ela viraria uma bagunça geral. Tal organização é feita em brigadas de trabalho responsáveis pela realização das mais diferentes tarefas.

¹³ Cartilha n.º 10: *Um passo a frente na Consulta Popular*. Junho/2000. Pp. 42-44.

Há poucos momentos de festa, tal qual a concebemos na nossa cômoda vida de classe média urbana – é proibido o consumo de bebidas alcoólicas, bem como há horários determinados para se recolher, uma vez que o descanso é condição para retomar a caminhada no dia seguinte. A festa, concebida como confraternização, celebração, na verdade se realiza pelo convívio, pelas místicas, pelos cantos, pela poesia, pelo estudo coletivo, pelo prazer e a certeza de estar fazendo história.

A marcha é uma escola de formação política, tanto para quem marcha, como para quem fica nos estados trabalhando na sua divulgação, no levantamento de fundos, nos debates sobre seus objetivos; desde o processo de preparação até o recebimento dos marchantes na volta.

Se organizam equipes de trabalho nas cidades por onde ela passa, preparando debates nas escolas, igrejas, associações, entre os marchantes e o povo do lugar, além da realização de outros trabalhos voluntários, como: plantio de árvores, doação de sangue, limpeza de praças, etc.

Além disso, a marcha se constitui num valor estético que chama atenção da população e anima os participantes: as fileiras, as bandeiras coloridas, as palavras de ordem, a simbologia constituem-se numa beleza que emociona, deixa marcas.

Outro aspecto importante das marchas é o conhecimento da própria geografia dos lugares e a cultura do povo de outras regiões. A oportunidade vivida pelos marchantes que dificilmente teriam condições de viajar, conhecer lugares, pessoas é impar.

Num certo sentido as marchas se constituem numa unidade entre educação e trabalho, considerada como princípio educativo para Gramsci. Talvez resida aí um aspecto do seu grande valor formativo. Pode-se dizer que a marcha é um laboratório da pedagogia socialista, cujos elementos fundamentais se fazem presente: o caráter coletivo da formação, a disciplina, a organização, o estudo, a divisão de tarefas, o sacrifício pessoal, base de formação da personalidade coletivista, segundo Makarenko, educador russo do período revolucionário.

Ainda que discordemos da forma como a sociedade soviética se organizou e joguemos fora as negatividades daquela experiência histórica, é impossível enfrentar os valores disseminados no mundo de hoje, sem que resgatemos laços muito fortes de solidariedade, respeito ao coletivo e ao outro, a idéia de serviço, generosidade,

fundamentos para construção de qualquer projeto político que se diga transformador, resultante da ação coletiva de um povo.

A força pedagógica de uma experiência como essa pode ser comprovada pela leitura de um trecho da Carta da Assembléia dos Lutadores do Povo, realizada em Brasília, de 8 a 10 de outubro de 1999, na chegada da Marcha Popular pelo Brasil:

“Depois de mais de 1.600 quilômetros percorridos em caminhada, 1.100 lutadores e lutadoras do povo, oriundos de 23 estados, ligados a diferentes movimentos sociais, chegaram à Brasília. No trajeto, em escolas, igrejas e associações de todo o tipo, fizeram palestras para mais de 200 mil pessoas. Foram vistos por muitas mais. Sua movimentação disciplinada por estradas e cidades substituiu a pedagogia do discurso pela pedagogia do exemplo, muito mais sincera e eficaz. A imagem da luta se fazia nítida, direta e clara. Foi a Marcha Popular pelo Brasil.

O apoio do povo aos marchantes foi extraordinário: deixamos o Rio de Janeiro em 26 de julho com provisões para uma semana, e daí para a frente, até 7 de outubro, a sociedade nos sustentou. Praticamos o trabalho voluntário. Aprendemos a ter mais perseverança. Nos conhecemos melhor. Na chegada, milhares de companheiros se somaram. Entramos juntos na capital do país, em manifestação emocionante, que jamais esqueceremos. Permanecemos em assembléia durante três dias, debatendo um novo projeto para o Brasil. Somos da Consulta Popular.”¹⁴

1.2. As assembléias de lutadores e lutadoras do povo

São encontros massivos – de estudo e animação – entre militantes que estão dispersos em várias regiões e em diversos movimentos sociais. É o momento de “recarregar as baterias” para enfrentar novas tarefas políticas.

É o momento de se encontrar para discutir temas que transcendam as questões regionais e corporativas, de perceber que o que importa é a união de todos e todas, os que lutam por terra, teto, trabalho, saúde, educação e contra qualquer tipo de discriminação – grandes temas nacionais e internacionais que, de fato, condicionam todos os outros. Só assim, pode-se dizer que se estará preparando para construir a revolução brasileira.

A revolução, para a Consulta Popular, não é a luta armada em si ou o momento da insurreição, é muito mais amplo que isto. É a luta incansável e cotidiana pela vida, não apenas a minha vida, mas a vida de todos. Assim, as ocupações de terra, os acampamentos

¹⁴ Cartilha n.º 6: Assembléia dos Lutadores do Povo. Novembro de 1999, p. 8.

de desempregados, a greve dos professores são ações revolucionárias quando seu conteúdo transcende as reivindicações corporativas e se dirige para um projeto de sociedade.

A assembléia dos lutadores do povo é um momento privilegiado de reflexão e construção da unidade, de resgate dos conteúdos socialistas.

Elas são um misto de curso e festa e isto é articulado fundamentalmente pela mística; que não é uma reza, como se pode pensar – é um momento onde se celebra a vida de outros lutadores e lutadoras do povo que tombaram em batalha ou nos porões da ditadura, ou amargaram o exílio, ou foram assassinados na porta de sua própria casa (como Margarida Alves). É um momento onde a história se faz presente através dos símbolos, da poesia, da música, dos painéis nas paredes.

Da mesma forma que as marchas, a dimensão pedagógica das assembléias de lutadores do povo, não reside unicamente nos conteúdos das palestras, dos textos distribuídos, mas também e fundamentalmente pelo processo que ela engendra, desde a sua preparação até o seu encerramento. A distribuição e coordenação de tarefas e o trabalho coletivo são imprescindíveis.

A experiência da Assembléia no Paraná incluiu o alojamento dos participantes nas casas das famílias da região onde ela se realizou (Vila São Pedro). Isto não apenas envolveu as lideranças das próprias comunidades na equipe de hospedagem, como estendeu a assembléia para as casas das famílias, permitindo a troca de experiência e o exercício da generosidade.

Certamente tudo se realiza com muita dificuldade, com muito sufoco, principalmente considerando-se o momento, onde a maior parte dos recursos humanos e materiais estavam voltados para a campanha eleitoral. São dias inteiros de preparação, reuniões, contato com assessorias, definição de conteúdo e subsídios, roteiro de trabalho, etc.; mas tudo isso se constitui num excelente aprendizado.

Aliás, a escassez de recursos para a realização de uma atividade como esta, aguça a criatividade, a ousadia, a responsabilidade, o compromisso histórico, a consciência de que se está organizando muito mais que uma simples atividade, mas se está colocando um tijolinho numa construção muito maior.

A assembléia dos lutadores e lutadoras do povo não é um momento de emotividade irrefletida, não incita os participantes a saírem dali derrubando cercas ou saqueando mercados - formas legítimas de luta política – tão pouco um momento de choro e riso

descomprometidos. É um momento privilegiado, como já foi dito, de busca de novos conhecimentos, de entendimento das leis da história e da sociedade e, fundamentalmente, de compromisso coletivo pela continuidade do trabalho junto ao povo, mostrando a importância de sua organização porque não há saídas individuais para a resolução de seus problemas.

A assembléia dos lutadores do povo se constitui assim, parte de um processo de formação teórico-prática que, através de seus participantes, procura contribuir para que “novos setores populares conquistem a capacidade de pensar por si mesmos; assumindo convicções próprias”, conforme nos ensina Oscar Jara:

“Esta convicção racional própria e segura será a base sobre a qual deve assentar-se uma vontade política que conduza organicamente as ações de classes para além de uma pura emotividade irrefletida.. Falamos aqui de uma autêntica mística de classe, capaz de comprometer todas as energias vitais, incluindo a própria vida. na construção de uma nova sociedade, que não poderá ser construída a não ser como produto de uma criação heróica das classes populares. De fato nenhuma grande criação humana é possível sem a união, levada até ao sacrifício, dos homens que a tentam.”¹⁵

1.3. Os cursos nacionais e estaduais

Os cursos da Consulta Popular não seguem uma fórmula única. Os de nível nacional se realizam com grupos de 100 a 200 militantes. Alguns estados seguem esta metodologia que se compõe, em linhas gerais, de dois momentos: a exposição de um determinado tema por um professor ou especialista na área e, o trabalho em brigadas.

O trabalho em brigadas tem o objetivo de aprofundar o tema exposto e levantar questões a serem explicitadas pelo assessor e ainda, construir coletivamente, contribuições a serem socializadas no plenário. Não há intervenções individualizadas no plenário, elas devem refletir sempre a discussão estabelecida na brigada, local privilegiado para os debates e amadurecimento dos temas em estudo.

A exposição inicial para grupos grandes tem, de acordo com Magda (militante da CP em São Paulo), dois objetivos:

¹⁵ JARA, Oscar. *A educação na América Latina: o desafio de teorizar sobre a prática para transformar*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Lições da Nicarágua: a experiência da esperança*. 3ª ed. Campinas, SP : Papirus, 1987, p. 101.

“(…) otimiza a fala do palestrante, atingindo muitas pessoas ao mesmo tempo, e propicia a noção de que somos muitos e temos, por isso, força. Estar junto com muitas pessoas do Brasil todo, ou do estado todo, participando de místicas, recebendo informações, gritando palavras de ordem, cantando, propicia uma sensação de pertença que nos anima a seguir adiante, por estarmos acompanhados.”¹⁶

A terminologia “brigada” (e não simplesmente grupo ou equipe de trabalho) carrega uma simbologia que implica compromisso político, cumprimento da tarefa proposta, disciplina e organização.

Cada brigada recebe o nome de um lutador do povo, cuja vida ela deve pesquisar e socializar o resultado da pesquisa de forma criativa para o plenário. Quase sempre essa socialização é feita através da mística em diferentes momentos do curso – início ou término de uma exposição, retorno de intervalos, encerramento do dia, noite cultural, jornada socialista, etc. Esta estratégia metodológica, resgata o valor do homenageado e também, reforça a noção de que a luta de hoje é herdeira de todas as lutas da humanidade por justiça e igualdade social.

Além do coordenador e relator, as brigadas são acompanhadas por um monitor, uma espécie de responsável político pela brigada, cuja função é garantir a discussão democrática e a objetividade no estudo do tema. Ele intervém pouco, de maneira a não substituir o papel do coordenador. Observa mais, avalia a maturidade do grupo e das pessoas, servindo de elo entre a brigada e a coordenação geral do curso.

Ao final de cada dia, coordenação e monitores se reúnem, avaliam, propõem mudança de roteiro, se for necessário. Estabelece-se assim, durante o curso, um sistema de avaliação permanente, diagnóstica.

No caso do Paraná, o Curso de Multiplicadores do Projeto Popular para o Brasil: “A História que não foi contada”, é realizado em quatro etapas durante o ano, com turmas que variam de 30 a 40 participantes. Entre uma etapa e outra há tarefas a serem cumpridas: leituras, entrevistas com famílias no bairro, organização de outras atividades formativas, participação nas mobilizações previstas para o período.

Não há cobrança ostensiva das tarefas, como provas ou trabalhos escritos. A responsabilidade no cumprimento é de cada um e faz parte do processo de auto-formação. Na prática, um número pequeno de participantes cumpre integralmente as tarefas, mas

¹⁶ Relatório sobre a reunião de preparação do “Curso dos 100” de São Paulo, 06/04/2000.

permanece com a responsabilidade de fazê-lo. São pessoas adultas, trabalhadores que dedicam, na pior das hipóteses, quatro finais de semana por ano num estudo sistemático.

Os cursos são na verdade, são como aperitivos a abrir o apetite para novos estudos e leituras mais densas. Eles fornecem uma bibliografia razoável sobre os conteúdos tratados, indica vídeos, sites na internet, etc., além de colocar a venda as publicações da Consulta a preços acessíveis.

Os conteúdos variam de análises de conjuntura e estudos da história do Brasil, a revoluções que ocorreram em outros países, além de planejar atividades concretas. A compreensão da realidade atual, como chegamos a ser o que somos enquanto povo, buscando na história seus fundamentos, relacionando-os com a atualidade e projetando o futuro, é o caminho adotado no tratamento do conteúdo.

Como os participantes são todos militantes de base, a preocupação é de que o referencial teórico sirva de instrumento para que avaliem e reflitam sobre suas práticas, suas lutas, suas organizações; tentando melhorá-las e estendendo a reflexão para os grupos com os quais trabalham: associações de moradores, conselhos tutelares e de saúde, sindicato, movimento sem terra, pastorais, comunidades eclesiais de base, escola, partido.

Em síntese, os cursos são preparados, baseados numa preocupação que (guardadas as diferenças geográficas, históricas e culturais) coincidem com as que Gramsci tinha sobre as questões teórico-metodológicas, citadas por Nosella:

“(...) o Partido sofre de um grande defeito: discute com os operários somente as questões conjunturais, polêmicas, do momento. Não percebe que a dificuldade que encontra nas discussões sobre a atualidade, sobre ‘os casos’ eventuais ou sobre as crises sucessivas, é determinada por um negativo fundo cultural que segura e prende o nosso povo (...). É por causa disso que, em cada momento historicamente importante, ocorrem desistências, abrandamentos, brigas internas, questões pessoais. Por causa disso também ocorrem os fenômenos de idolatria (política), que não teriam sentido em nosso movimento e fazem retornar pela janela o autoritarismo que havia sido expulso pela porta. Não existe convicção firme e difusa. Falta aquela preparação remota e sistemática que cria a prontidão para as deliberações de cada momento, para os entendimentos imediatos, para os acordos efetivos e profundos que reforçam a ação.”¹⁷

¹⁷ NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992, p. 25 e 26.

1.4. O saldo organizativo

A questão organizativa é o principal “calo” da Consulta Popular. Todos os balanços coletivos apontam para o avanço da Consulta na área formativa e de mobilização de massa, mas constataam o baixo nível de organicidade. Isto tem a ver com a questão da identidade, abordada com muita precisão por um dos entrevistados aqui de Curitiba, historiador e assessor do curso de multiplicadores, na sua resposta ao questionário (já citada anteriormente), mas tem também a ver com alguns princípios da CP ainda não muito explicitados.

A Consulta Popular nasce como um movimento horizontal, de base, portanto envolvendo militantes de várias entidades e, fundamentalmente, de pessoas “desencantadas” com suas próprias organizações ou, muito “encantadas” (como é o caso do MST) que têm muito o que passar como experiência, para outros militantes. O desencanto tem a ver com o processo de institucionalização, hierarquização e distanciamento da base por parte das direções, não respondendo mais, na concepção destes militantes, às necessidades históricas atuais.

Os militantes da Consulta Popular têm em comum a certeza de que nenhuma transformação profunda ocorrerá no Brasil sem a participação do povo que é excluído de qualquer forma de consumo hoje cantadas pela globalização e também excluídos de qualquer forma de participação política. Portanto é uma concepção não vanguardista.

Há outros pontos em comum entre as coordenações nacional e estaduais (bastante frágeis) e a base militante na CP, entre eles a confiança no potencial que tem nosso país, do ponto de vista da sua base material, conhecimento científico, produção cultural, de dar ao seu povo, tudo aquilo que é necessário a uma vida digna (o que não tem nada a ver com os padrões de consumo do chamado primeiro mundo).

Além disso, há também consenso em torno da convicção de que os marcos da democracia burguesa, hoje expressas na “tirania do dinheiro e da informação”¹⁸ e regada por eleições há cada dois ou quatro anos, é insuficiente para garantir ao povo condições dignas de vida.

Um outro ponto comum na CP é de que ela não deve se transformar num partido político ou em qualquer outro tipo de organização que demande estrutura rígida, eleição de

¹⁸ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro : Record, 2000, p. 38.

diretoria, hierarquização, etc. Isto porque, a própria história já mostrou que não são esses elementos que garantem caráter revolucionário às organizações.

Todos esses pontos confluentes, que significam riqueza de conteúdo, pluralidade, pensamento estratégico, são entretanto insuficientes para consolidar a identidade da Consulta Popular e sua conseqüente organicidade.

O próprio uso da bandeira do Brasil e da música “Ordem e Progresso”¹⁹ foram se impondo na prática, não enquanto “anseio nacionalista” como pode parecer a alguns, mas muito mais como desejo de expressar a luta por soberania, rompimento com o capitalismo internacional e denúncia da subserviência das elites brasileiras. Um símbolo que exprima o que a Consulta está querendo construir, terá que incluir representações do movimento negro e indígena, dos sem teto e sem terra, da luta por trabalho urbano e rural, das mulheres, das crianças, dos idosos, dos jovens. O uso da bandeira do Brasil acabou sendo uma simplificação.

Certamente, a identidade de um movimento não se constrói apenas pelos seus símbolos, mas também e, fundamentalmente, pela forma como se expressam suas propostas concretas. Principalmente num mundo domado pela desinformação midiática. Aqui também reside uma outra dificuldade: que propostas simples e mobilizadoras poderiam expressar a idéia de construção coletiva de um Projeto Popular para o Brasil? Que não é um documento a ser escrito, publicado ou transformado numa plataforma eleitoral. Mas sim, a idéia de que um projeto é um sonho de futuro que só se transformará em realidade quando todos os interessados lutarem juntos pela sua materialização?! E que já faz parte do processo histórico que vem sendo construído na luta de classes, por direitos, igualdade, justiça social?!

Os chamados cinco compromissos da Consulta Popular – soberania, desenvolvimento, democracia, sustentabilidade, solidariedade – parecem ser insuficientes para explicitar a idéia de projeto histórico. Alguns sugerem: teto, trabalho, terra. É mais simples, mais didático, mais direto.

Todas essas questões refletem na organicidade da Consulta. Que acaba por ser um movimento real, porém disperso pelas regiões do Brasil e misturado às lutas dos outros movimentos sociais já existentes, inclusive partidos e base de igrejas progressistas. A CP funciona assim, como uma força renovadora mas não como uma organização em si.

¹⁹ Composição de Zé Pinto, integrante do CD “Arte em Movimento”, do MST.

2. Elementos da pedagogia socialista presentes na Consulta Popular

A pedagogia socialista tem como finalidade a formação do caráter coletivista, respondendo aos objetivos políticos de construção da sociedade comunista – “o reino da liberdade”, o que só é possível através de uma revolução social para a “tomada do poder”, condição para acabar com a “propriedade privada e com a divisão do trabalho, causas da degradação do homem”.²⁰

O tamanho e o compromisso político dessa tarefa histórica – que implica não apenas a tomada de poder, mas a sua manutenção - é tal, que só pode ser realizada por homens e mulheres: corajosos, disciplinados, persistentes, pacientes, diligentes, pontuais, obedientes (não aos ricos, mas aos camaradas), criativos, talentosos (Makarenko); em síntese “um homem total - onilateral” (Marx); “um soldado engajado na luta” (Pistrak); “um homem novo” (Che Guevara); “um intelectual” (Gramsci); “um homem que seja irmão e não lobo”(Sandino).

Guardadas as diferenças de tática e estratégia, de geografias, culturas e exigências de cada momento histórico, há uma essência a se extrair no conteúdo dos dois parágrafos anteriores: nenhuma pedagogia pode se dizer socialista, seja ela crítica, histórico-crítica, progressista ou da libertação, sem estar intimamente ligada com o processo real, concreto, de luta pela libertação dos oprimidos. Não existe teoria pedagógica revolucionária, desengajada, caso contrário ela será pura retórica, mas não práxis social.

“Esta minha convicção parte do seguinte: a pedagogia, em particular a teoria da educação, é sobretudo uma ciência racional desde o ponto de vista prático. Nós não podemos simplesmente educar um ser humano, não teremos o direito de empreender o trabalho educativo, sem colocarmos perante nós um determinado objetivo político.”²¹

Partindo desse pressuposto pode-se dizer que a Consulta Popular, traz no seu bojo muitos elementos da pedagogia socialista, entendida como pedagogia da ação²², que vai se construindo na própria prática de seus militantes, uma pedagogia viva, que procura

²⁰ MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo : Cortez, Autores Associados, 1991, pp. 22.

²¹ MAKARENKO, Anton S. *Problemas da educação escolar*. Moscovo : Progresso, 1986, p. 54.

²² CALDARTI, Roseli. In: PISTRAK. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo : Expressão Popular, p. 12.

incorporar o que há de bom nas experiências históricas, sem entretanto se atar a elas como modelos.

O primeiro desses elementos que aparece como pressuposto é a existência de um objetivo político claro: a construção coletiva de um Projeto Popular para o Brasil, na prática, junto com o povo, portanto na luta diária que vai fundando as bases de uma sociedade socialista.

O segundo elemento aparece como princípio e é o de que a construção do Projeto, deve estar assentada sobre o tripé: formação-organização-mobilização, garantindo assim a relação teoria-prática.

O terceiro elemento da pedagogia socialista presente na CP aparece no método de conhecimento adotado, qual seja: parte-se do concreto real (Brasil inserido no mundo contemporâneo); faz-se a sua análise pelo estudo da história buscando compreender o seu processo de formação, passando pela abstração (o caminho do pensamento) e volta para o concreto pensado (agora entendidos os fundamentos que o levaram a ser o que é), elaborando propostas e ações práticas no caminho de sua transformação.

Um quarto elemento tem a ver com a questão da hegemonia, numa perspectiva gramsciana e, imprescindível para qualquer movimento político que se dispõe a contribuir com a criação das condições subjetivas necessárias à transformação da sociedade brasileira, considerando-se o papel “controlador das mentes” exercido pelos meios de comunicação de massa contemporâneos.²³

Este é um elemento fundamental também quando a CP se distancia da concepção vanguardista e se aproxima da idéia de construção do poder popular, o que significa compreender que o verdadeiro poder não está no Estado, mas fundamentalmente nas ruas, no povo. A tomada do poder, a insurreição, a revolução armada é consequência ou resposta do próprio povo à violência de uma elite que não permita que ele seja feliz, não uma deliberação da vanguarda descolada de um forte movimento social de base.

“(…) não é culpa nossa se o país foi conduzido para um abismo em que não dispõe de outra fórmula salvadora senão a revolução. Não amamos a força; porque detestamos a força é que não estamos dispostos a que nos governem pela força. Não amamos a

²³ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro : Record, 2000, p.

*violência; porque detestamos a violência não estamos dispostos a continuar suportando a violência que há quatro anos se exerce sobre a nação”.*²⁴

*“Acreditamos que a Revolução é o triunfo do amor (...) a mensagem que eu transmito no nome do meu povo é que queremos preservar a paz. A nossa cultura é uma cultura de paz. Fizemos uma Revolução armada para conquistar a paz; porém não queremos deixar-nos viver em paz.”*²⁵

*“Na verdade, porém, por paradoxal que possa parecer, na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor. Consciente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor.”*²⁶

Ou seja, a idéia de que o povo, através da sua luta toma a história na mão, não pode ignorar a reação dos opressores; portanto inclui também a idéia de que o povo precisa estar preparado para este enfrentamento, cujo desdobramento é desconhecido. Como foi dito acima, os povos não optam pela guerra (ao contrário das elites), são empurrados à ela.

Um movimento político sério, radicalmente democrático, não pode precipitar situações de violência às quais não tenha condições de responder. Antes, deve desencadear junto às situações que vão se desdobrando na luta de classe, um processo de formação política que se multiplique por todos os recantos do Brasil, que engendre uma nova cultura, potencializando o que já vem sendo construído na própria luta do povo pela sua sobrevivência. Essa parece ser a idéia da Consulta Popular, quando se distancia do vanguardismo e se aproxima da construção do poder popular ou, da construção de uma nova hegemonia.

É esta concepção que se explicita quando, já na introdução do livro “A Opção Brasileira”, principal elaboração teórica da CP, destaca-se o seguinte texto de Gramsci:

“Criar uma nova cultura não significa fazer apenas individualmente descobertas originais; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las portanto em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de

²⁴ HARNECKER, Marta. *Fidel. A estratégia política da vitória*. São Paulo : Expressão Popular, 2000, p.37.

²⁵CARDENAL, Ernesto. *A democratização da cultura*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Lições da Nicarágua*, Campinas : Papyrus, 1987.p. 46.

²⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

peessoas seja levada a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e original do que a descoberta, por parte de um “gênio”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.”²⁷

Perguntados sobre se a Consulta Popular está contribuindo para a criação de uma nova hegemonia na sociedade brasileira, os entrevistados dizem que, sendo este um processo de longo prazo é difícil avaliar, considerando-se o pouco tempo de existência da CP, entretanto duas respostas merecem ser citadas. Os dois entrevistados são historiadores e contribuem como assessores no Curso de Multiplicadores em Curitiba:

a) a primeira diz o seguinte: *“Para se construir uma nova hegemonia, a Consulta está trabalhando, na sua fase atual, sobre os aspectos intelectuais e culturais, através da formação acadêmica e da construção de uma nova mentalidade, de um novo imaginário para o Brasil. E, sobretudo, tentando mostrar para as pessoas que uma nova sociedade é possível, que o mundo tal como está não é natural e nem imutável. Quando as pessoas percebem sua inserção na história, uma força de mudança pode ser iniciada, começando assim a ser criada uma nova hegemonia”.* (Esta entrevistada, além de assessora, é uma das “construtoras” da CP);

b) a segunda faz a seguinte análise: *“A construção de uma nova hegemonia não pode estar vinculada a resultados concretos e imediatos. A coesão na diversidade, a coerência, a reflexão sobre os processos sociais, são por si fundamentos de uma nova hegemonia. Esta, no entanto, precisa expandir-se tanto no sentido de ampliar-se pelos setores oprimidos e explorados, quanto para construir mecanismo que lhe permita disputar socialmente o poder constituído mas, ao mesmo tempo, construir novos mecanismos de poder que possam levar ao definhamento as estruturas sociais opressivas e exploradoras.*

No nosso caso (brasileiro) temos que enfrentar uma hegemonia forte do liberalismo/conservadorismo, disputar com a esquerda reformista as iniciativas populares e se fazer referência para os setores desiludidos com esta mesma esquerda.

Neste sentido faltam ainda condições para grandes iniciativas de massa (salvo o MST) capaz de polarizar socialmente, constituindo-se como referência hegemônica para a

²⁷ GRAMSCI, Antonio. *Caderno 11 (XVIII): 1932-1933 “Introdução ao estudo da filosofia”*. Tradução de Paolo Nosella, p. 11.

sociedade e mesmo como referencial orgânico para os setores que estão fora ou propenso a romper com a ideologia dominante ou a esquerda reformista.”

As duas questões são importantíssimas e oferecem gancho para dialogarmos um pouco mais, neste item, com os referenciais teóricos utilizados neste trabalho e também com uma certa ansiedade que permeia a militância da Consulta em nível nacional pela urgência de solução, dada à velocidade com que a degradação da sociedade brasileira vem se constituindo.

A urgência da reconstrução nacional pós-guerra na URSS sob novas bases, desta vez socialista, sobre escombros de uma economia czarista apegada ainda à produção feudal, fez de seus pedagogos (e aqui citamos Makarenko e Pistrak), “fabricantes de novos homens”. Pioneiros, sem uma experiência histórica concreta onde se assentar, tinham em mãos apenas a crítica à pedagogia burguesa ocidental e algumas elaborações marxianas, das quais a mais evidente era a necessidade da associação do ensino à atividade produtiva, além da “educação física, dada nas escolas e através de exercícios militares”²⁸. A situação histórica concreta os obrigou a construir uma pedagogia própria daqueles tempos difíceis, daquela realidade dura e, ao mesmo tempo, instigante, que reclamava a formação de “soldados engajados na luta”.²⁹

A pergunta é: que tipo de homens e mulheres devemos formar, capazes de responder as exigências da sociedade brasileira, em franco processo de desagregação pelo empobrecimento, imersa num período histórico mundial que é “ele próprio uma crise – a contradição em estado puro?”³⁰

Estaríamos já naquela fase de desenvolvimento das forças produtivas, prevista por Marx, onde elas “e os meios de intercâmbio, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos, deixando de ser forças construtivas, mas forças destrutivas (maquinaria e dinheiro)”?!³¹

“(…) e, ligada a isto, surge uma classe que tem de suportar todos os encargos da sociedade sem usufruir de suas vantagens; que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes – uma classe que engloba a maioria dos membros da

²⁸ MANACORDA, Mário Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1991, p. 27.

²⁹ PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo : Expressão Popular, 2000, p. 36.

³⁰ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro : Record, 2000, p. 33 e seguintes.

³¹ MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 5ª ed. São Paulo : Hucitec, 1986, p. 107

sociedade e da qual emana uma consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que pode se formar, naturalmente, também entre as outras classes, graças à percepção da situação desta classe.”³² ?! (interrogação nossa)

Teria Marx previsto que esta própria maquinaria serviria para “controlar os espíritos” e, associada à “tirania do dinheiro”, conduziria à “aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo pensamento único” ?!³³

Certamente Marx – porque profeta não era – não tinha há um século atrás material de pesquisa disponível, que lhe permitisse prever a dimensão destrutiva do desenvolvimento das forças produtivas, levado às últimas conseqüências. Mas, felizmente, ele nos deixou um legado mais importante – um método de investigação que permitiu às gerações futuras, buscarem soluções para os problemas de seu tempo.

“Daí decorre a nossa tarefa educacional como tarefa crítica. No mundo de hoje, a crítica tornou-se menos freqüente, mas ao mesmo tempo mais fácil, porque a história vai se fazendo de modo visível. Nenhuma geração teve este privilégio, possibilidade aliás ainda não completamente realizada, de ter acesso direto e imediato à história se fazendo no planeta inteiro. Por isso, a tarefa da crítica se torna historicamente viável. Os instrumentos intelectuais de crítica passam a ter uma veracidade e objetividade que nunca tiveram e é por isso que a própria história, a noção de história, torna-se ainda mais central, sugerindo uma volta ao marxismo. Evidentemente que a um marxismo renovado, porque nunca foi possível ao mundo, contemplar, como hoje, o conjunto formado por uma totalidade empírica. Acho que a história do presente – a maneira como ela se dá e os enganos a que ela com freqüência nos arrasta pela ditadura da informação – pode ser retomada através desse conhecimento da maneira particular de o mundo produzir história em cada país, em cada região, em cada lugar. Acho, esta é a grande lição da globalização.”³⁴

³² Ídem, pp. 107 e 108.

³³ Milton Santos, obra citada acima, p. 35.

³⁴ SANTOS, Milton. *Não sou militante de coisa nenhuma, exceto de idéias*. São Paulo : Revista Adusp, junho 1999, p. 10.

2.1. O caráter coletivo da formação e a divisão de tarefas

A procura coletiva do conhecimento³⁵ é uma orientação da Consulta Popular que se expressa na proposta de “brigadas pedagógicas”- grupos que têm por objetivo estudar coletivamente, preparar os cursos e outras atividades, coordenar e distribuir tarefas igualmente, desafiando os militantes a se autocapacitarem para multiplicar a discussão na base, assumir coordenação de mesas em eventos grandes, aprenderem a preparar místicas, etc.

O próprio livro “A Opção Brasileira” é uma produção coletiva:

*“César Benjamim recebeu a incumbência de preparar este texto, submetido à apreciação dos demais membros da coordenação, que o debateram, propuseram modificações e o assinaram em conjunto. Muito mais que uma formalidade, a assinatura coletiva representa o compromisso de todos com a continuidade do trabalho em curso.”*³⁶

Dois dos entrevistados respondendo sobre como os valores legados por Paulo Freire se expressam na prática da Consulta Popular, identificam-no “na criação de espaços de reflexão coletiva, combinada com práticas de interação e a idéia de construção coletiva do saber.”

A idéia de que um mais um é mais que dois, quando as pessoas se ajudam e unem suas potencialidades é muito clara entre os militantes da Consulta, ainda que esta busca não esteja consolidada plenamente. A própria realidade e as respostas que precisam ser dadas, a escassez de recursos, etc., exige de todos o envolvimento em uma série de atividades, não permitindo ainda a consolidação de coletivos nacionais ou estaduais, coesos, mais permanentes e mais abrangentes. Isto concentra as coordenações mais no eixo Rio-São Paulo e em torno das capitais, no caso dos estados. Esta é uma limitação que precisa ser enfrentada pela Consulta pois acaba tendo como causa (e também consequência) a fraqueza da CP na questão organizativa mais geral.

Mesmo que concordemos com Milton Santos³⁷ de que “embora separados, os militantes conscientes e convictos, constituem um bloco de resistência”, o isolamento

³⁵ Cartilha n.º 4: Trabalho de Base, p. 9.

³⁶ BENJAMIM, César e outros. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro : Contraponto, 1998, p. 9.

³⁷ SANTOS, Milton. *Não sou militante de coisa nenhuma, exceto de idéias*. São Paulo : Revista Adusp, junho 1999, p. 12.

diminui o sentimento de pertença a um projeto comum, além de não permitir o amadurecimento e o avanço das práticas, a partir de avaliações coletivas mais frequentes, mais sistemáticas, extraindo daí um caldo mais orgânico e um crescimento pessoal correspondente. “Apenas na coletividade (de uns e outros) é que cada indivíduo encontra os meios de desenvolver suas capacidades em todos os sentidos; somente na coletividade, portanto, torna-se possível a liberdade pessoal.”³⁸

O princípio do trabalho coletivo tem a ver, enfim, não apenas com a idéia de construção coletiva de conhecimento, potencialização de tarefas, etc., mas também e fundamentalmente com o combate ao individualismo, do qual todos nós somos frutos e a formação de uma personalidade coletivista, elemento central na pedagogia socialista.

A distribuição igualitária de tarefas e o rodízio (a idéia de todos se desafiarem para assumir os diferentes tipos de serviços na preparação e execução de atividades) é portanto outro elemento pedagógico importantíssimo, pois tem a ver com aquilo que Marx dizia “dividir o homem em dois” – divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, próprio da fábrica capitalista moderna.

A união entre ensino-trabalho produtivo aparece como desafio em todas as experiências educacionais socialistas do mundo e constitui para Gramsci “o princípio educativo”. A sua união restituiria a onilateralidade do ser humano (Marx), a sua capacidade de construir e lutar (Pistrak) ou ainda se transformar num “Leonardo da Vinci que, para Gramsci era o símbolo da unidade entre tecnologia e cultura humanista, entre rigor científico e dimensão estética, entre disciplina produtiva e liberdade – um intelectual culturalmente aberto.”³⁹

O avanço e amadurecimento dessa concepção será determinante para que a Consulta Popular consolide a sua base de sustentação – o tripé formação-organização-mobilização e se firme organicamente como referência socialista em todo o país.

2.2. A disciplina e a auto-organização

Esses são dois elementos pedagógicos centrais na apropriação do método dialético de conhecimento. Ninguém consegue abstrair, ou seja, “reproduzir o concreto pelo caminho do pensamento”, se não tiver disciplina e auto-organização.

³⁸ MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 5ª ed. São Paulo : Hucitec, 1986, p. 116,117.

³⁹ NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992, p. 94 e 95.

Da mesma forma não há coletivo que se consolide se os indivíduos que dele fazem parte forem indisciplinados e desorganizados, não se alcançando o nível de liberdade pessoal que a construção coletiva propicia.

Assim como os outros elementos pedagógicos aqui discutidos, disciplina e organização estão presentes na CP seja na prática de seus militantes mais engajados, quanto nos documentos escritos⁴⁰, cujo exercício se dá nas atividades formativas e de mobilização. Por exemplo: na Marcha Popular pelo Brasil havia um regulamento a que todos tinham que se submeter (problemas com bebida alcoólica e outros do gênero, que contribuísse para a desmoralização da Marcha perante a sociedade, era punida com a expulsão do marchante, que deveria retornar ao estado de origem); da mesma forma, nos cursos nacionais, há horários determinados para silêncio, leitura pessoal, etc.). Isto nem sempre é bem compreendido por todos, mas necessário para garantir um bom aproveitamento das atividades pelo conjunto dos participantes.

“Associar-se a um movimento significa assumir uma parte das responsabilidades dos acontecimento que se preparam. tornar-se destes acontecimentos os artífices diretos. (...) Disciplinar-se é tornar-se independente e livre. (...) A água é água pura e livre quando corre entre as duas margens de um riacho ou de um rio, não quando se espalha caoticamente no solo ou, rarefeita, para na atmosfera. Quem não segue uma disciplina política é por isso matéria em estado gasoso ou matéria contaminada por elementos estranhos: portanto inútil e danosa. A disciplina política faz precipitar as sujidades e dá ao espírito o seu melhor metal, à vida uma finalidade, sem a qual não valeria a pena ser vivida.”⁴¹

A radicalidade com que Gramsci trata esta questão é regra em todos os pensadores da educação socialista, discutidos neste trabalho. Aparece como condição para a formação da personalidade coletivista.

A compreensão do mundo, sem o que não há ação transformadora efetiva, passa pela compreensão da disciplina como algo integrante da própria liberdade, que não é a liberdade burguesa, onde cada um pensa que faz o que quer quando, na verdade, está fazendo apenas o que os ricos do mundo querem que seja feito.

⁴⁰ De maneira geral, esses elementos são encontrados na forma de princípios, pressupostos ou orientações nas Cartilhas n.º 4 (Trabalho de Base), n.º 9 (Valores de uma prática militante) e n.º 10 (Um passo a frente na Consulta Popular)

⁴¹ GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*, vol. I. Lisboa : Seara Nova, 1976.

Em “Pedagogia da autonomia”, Paulo Freire, entre outros “saberes necessários à prática educativa”⁴², inclui com muita precisão a exigência da rigorosidade metódica, pesquisa, apreensão da realidade, curiosidade, liberdade e autoridade. Da mesma forma, ele destaca essa questão da disciplina – uma atitude séria - quando se refere ao estudo como um dever revolucionário em “A importância do ato de ler”.⁴³

Essa atitude séria de que fala Paulo Freire não exclui a alegria, a festa, a celebração, a confraternização, o encontro. Ela é parte da construção do sonho de liberdade para todos, não apenas para alguns. Isto significa que disciplina tem a ver com compromisso histórico e engajamento político. A rebeldia, para ser potente do ponto de vista social, tem que ser organizada, sem entretanto se burocratizar, se cristalizar.

(...) “O que as lutas revolucionárias ganharam em alcance e audácia devido às suas estruturas diversificadas, perderam em termos de capacidade de tomar e consolidar o poder.

Começando no final da década de 60 e continuando nos primeiros anos da década de 70, os movimentos perderam o impulso em parte porque lhes faltava coesão ideológica e integridade organizacional: a facilidade com que os ativistas entravam nos movimentos só era comparável à facilidade com que os deixavam.”⁴⁴

A Consulta Popular está tentando construir na prática, uma forma organizativa que não se assente no vanguardismo centralizador e burocrático, tampouco no espontaneísmo ou basismo. Construir a unidade na diversidade, continua sendo o desafio e o rumo das transformações radicalmente democráticas. A história tem filmes incríveis para nos mostrar . Aprender com os erros e os acertos dos que nos legaram a luta, tem que ser o maior compromisso.

2.3. O papel do intelectual orgânico na Consulta Popular

Resolvemos destacar este item do conjunto dos elementos pedagógicos presentes na CP, pela importância que ele adquire neste momento histórico, não apenas no Brasil, mas no mundo. As idéias sempre precederam as grandes ações humanas transformadoras.

⁴² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo : Paz e Terra, 1996.

⁴³ Ídem. *A importância do ato de ler*. 39ª ed. São Paulo : Cortez, 2000, p. 58.

⁴⁴ PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo : Scritta, 1995, p. 25.

Assim o foi o Iluminismo para a revolução francesa, assim o foi o marxismo para a revolução russa.

No Brasil, as décadas de 50 e 60 deste século, eram um fervilhar de idéias espetacular. A produção da teoria do subdesenvolvimento foi fruto da idéia – pela esquerda e pela direita – de desenvolvimento nacional: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Paulo Freire, entre tantos outros, estavam produzindo idéias a partir de seu engajamento nos movimentos da época. Essas idéias retornavam ao movimento e transformavam-se em “princípio de ação”.

E hoje? O que podemos falar de nossos intelectuais? Onde eles estão? O que estão produzindo? Qual a utilidade social de suas pesquisas? Quem as financia? A que e a quem, afinal, a produção intelectual brasileira atual está servindo?

Todas essas são questões fundamentais que não serão aqui abordadas porque este não é o objetivo deste trabalho, mas são um ponto de partida para avaliar o papel do intelectual orgânico na Consulta Popular.

Como já foi discutido anteriormente, a área de maior contribuição da CP nestes três anos de existência, foi a área de formação. Deve-se isso, em grande parte, a um conjunto de intelectuais que têm se dedicado a pensar o Brasil e colocado este conhecimento à disposição da Consulta. Não cabe aqui citar nomes, mas mostrar a importância desse elemento pedagógico central na construção de uma nova hegemonia ou de uma nova cultura.

Esses intelectuais têm colaborado não apenas prestando assessoria nos cursos e assembléias, mas também produzindo textos, com linguagem acessível, que são transformados em cartilhas populares e vídeos que têm sido usados para reuniões de grupos de estudo, cursos e debates, em centenas de municípios brasileiros.

Além disso e, embora já tenha sido citado, a contribuição dessas pessoas junto à garra e dedicação do pessoal de apoio, tem dado vida à Editora Expressão Popular, resgatando temas fundamentais relacionados à luta dos oprimidos no Brasil e no mundo. O trabalho voluntário dessas pessoas, tem permitido o acesso à esses temas de muitas outras, pelo barateamento dos custos. Sabemos que livros hoje em dia, custam caro e são raras as bibliotecas públicas que ainda conseguem manter um acervo razoável à disposição dos trabalhadores.

Esta é uma prova do que a generosidade, o trabalho voluntário, o engajamento intelectual podem produzir, permitindo que a Consulta Popular seja um dos poucos espaços hoje, de produção teórica mais abrangente sobre o Brasil, de maneira engajada. Há muitos outros centros populares produzindo coisas importantes, mas quase sempre setorializadas e, mais do que nunca, é possível e viável hoje “pensar por sistema”, como diz o professor Milton Santos.

Mas a importância dos intelectuais, vai além disso, da produção teórica propriamente dita. A sua importância fundamental está em ajudar a militância como um todo, transformarem-se também em intelectuais, apropriarem-se do método dialético de conhecimento e apreensão da realidade, a se capacitarem para captar as “redes de sabedoria existentes no meio do povo” e dar à elas a força, a potência necessária para que se transformem em princípio de ação coletiva.

Há que se resgatar também, a idéia de intelectual público que, dentro da universidade pública, produza teoria para e a partir da prática e da luta do povo (e do povo brasileiro, não do europeu ou norte-americano, cuja cultura é diferente da nossa).

“A gente quer repetir a interpretação do Brasil através do que aprendeu na Europa e nos Estados Unidos com a classe média, porque pobres não havia. Na Europa em que essa geração estudou quase não tinha pobre, e a classe média era defensora da democracia e do seu aperfeiçoamento. Tanto que houve a expansão da social democracia, que era uma forma de aperfeiçoamento da democracia. E os pobres são tratados por nós, que aprendemos a epistemologia européia na universidade, como o ‘chantilly’ no bolo. A gente faz a construção, depois coloca o pobre em cima. Partidos de esquerda também fazem isso. Quer dizer, a construção toda é de classe média, e depois os pobres são colocados lá em cima, porque resta aquela idéia de que a classe média queria defender os princípios da humanidade e que os pobres, coitados, não têm nenhuma possibilidade de ser visionários, porque estão no dia-a-dia, ‘vivendo da mão para a boca’. O dia-a-dia era considerado pela antropologia e sociologia oficiais como algo que impedia qualquer vocação para o futuro. Quando é o contrário, porque quando tenho todos os dias que renovar o meu estoque de impressões, de conhecimentos, de luta, que é o que o povo faz, sou obrigado a renovar também a minha produção filosófica, vamos dizer assim. Quer dizer, todos os dias o povo se renova, e num país como o Brasil, essa urbanização tão galopante, tão rápida, essa mudança de lugar tem um papel extraordinário na produção

*desse outro homem, já não tão seguro, ainda que ao mesmo tempo lhe ensinam, que o consumo é bom, e o façam crer que ele vai consumir.*⁴⁵

Ou seja, ainda que os intelectuais orgânicos do governo, a serviço da globalização excludente, queiram impô-la – usando todos os recursos técnicos à sua disposição – como única via, há uma produção teórica sendo feita de baixo para cima. É esta produção que precisa ser captada, colocada num sistema, e transformada em força revolucionária.

De certa forma, este é o esforço da Consulta Popular e aqui reside em grande parte o papel de seus intelectuais orgânicos atuais e futuros.

3. O legado de Paulo Freire para a Consulta Popular

Dizer que a esquerda brasileira, na sua versão “revolucionária tradicional” não considerou e, em certa medida, desqualificou as contribuições de Paulo Freire para a luta do povo, é muito pouco para reparar o que se fez ou deixou de fazer em vida com este intelectual que, nas palavras de Miguel Arroyo, foi o único educador a intuir a dimensão pedagógica do momento histórico brasileiro no período que se segue do final da década de 50 até 64.⁴⁶

A própria Consulta Popular, ainda que originalmente tenha indicado apenas Paulo Freire como referencial teórico na área da pedagogia, não tem criado, na prática, espaços de reflexão coletiva sobre suas contribuições. A prova disso é que – salvo equívoco nosso – a única atividade formativa em nível nacional que incluiu a assessoria de um pedagogo, foi o Curso de Formação de Formadores em Ibirité, quando levou o professor Miguel Arroyo; cuja contribuição, aliás, foi fundamental.

Acompanhando, a partir da leitura de suas obras, a trajetória de vida do professor Paulo Freire, dentro e fora do Brasil, principalmente no período que antecede ao golpe militar até a sua volta do exílio, não há como negar a sua contribuição. A começar pelo seu exemplo de vida, cuja integridade inclui relações que extrapolam àquelas da produção material e que, muito pouco são tratadas nos textos revolucionários de origem europeia, excetuando-se talvez Gramsci e Rosa Luxemburgo.

⁴⁵ SANTOS, Milton. Entrevista à Revista Caros Amigos n.º 17, agosto de 1998.

⁴⁶ ARROYO, Miguel. *A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a construção do Projeto Popular para o Brasil*. Exposição feita no Curso Nacional de formação de Formadores da Consulta Popular, Ibirité, MG, fev/2000.

Paulo Freire tem a cara do Brasil, a cara da América Latina, a cara dos esfarrapados do mundo, estejam eles onde estiverem. A releitura desarmada de seus textos é fundamental para compreender e potencializar a “força que nasce de baixo”, de que tanto fala outro grande intelectual brasileiro, a quem a esquerda também não está prestando muita atenção.

A Consulta Popular terá que buscar nos ensinamentos do professor Paulo Freire a inspiração para consolidação de uma nova prática na esquerda brasileira, cuja “vanguarda” não será vanguardista e cuja “base” não será basista. Uma esquerda que compreenda que a mística, a simbologia, a alegria não são incompatíveis com o método dialético de conhecimento e apreensão da realidade. Ao contrário, será o caminho da construção do socialismo pelas mãos dos índios, dos negros, das mulheres, dos sem teto, dos sem terra, dos sem trabalho, carregando junto suas crenças e sua diversidade cultural.

A Consulta Popular – enquanto movimento horizontal – encontrará em Paulo Freire (sem excluir outras contribuições) os valores pedagógicos e instrumental metodológico para formar o novo intelectual brasileiro, cujo modo de ser, na concepção gramsciana

“não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ porque não mero orador – e, todavia superior, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político).”⁴⁷

Uma das questões de nossa pesquisa foi: “Os valores pedagógicos legados por Paulo Freire, têm sido incorporadas pela Consulta Popular? Como eles se exprimem na prática? Respondendo à ela, um dos entrevistados (metalúrgico, militante da CP no RS) diz que os identifica na “busca da organização popular a partir da realidade e necessidade do povo”. Além desse e de outros valores, já discutidos em vários pontos deste trabalho, alguns entrevistados os identificam por exemplo, no valor que a CP dá “à cultura e ao saber das classes populares”, ainda que “seja necessário avançar na captação das redes de saber popular e conjungá-las com as necessidades e problemas enfrentados, dando a eles

⁴⁷ GRAMSCI, Antonio. *Caderno 12 (1932): apontamentos e notas esparsas para um conjunto de ensaios sobre a história dos intelectuais*. Apresentação, comentários e revisão da tradução de Paolo Nosella, UFSCAR, 1989.

um caráter revolucionário”, como aponta outro entrevistado (militante do MST e da CP em Curitiba).

Uma das entrevistadas, entretanto, expõe uma crítica à Consulta Popular, a partir da seguinte análise: “(...) *Uma das características do pensamento e da prática de Paulo Freire que eu admiro e me identifico como educadora, mulher, militante, é seu compromisso com a alteridade. O diálogo constante com o povo e não apenas para o povo, a produção teórica como resultado deste aprendizado com o povo - uma filosofia da libertação popular. Acho que enquanto valores, essa contribuição de Paulo Freire está muito pouco presente nas inter-relações da Consulta, pouco se conhece sobre Paulo Freire, percebo que algumas lideranças possuem esse compromisso (do dialogar, ouvir, refletir, repensar, etc.), mas a maioria tende a dogmatizar a teoria (inclusive Paulo Freire), isso é ruim.*” (filósofa, participante do Curso de Multiplicadores em Curitiba)

Esta entrevistada, que já apresentou uma visão crítica da CP em resposta à outras questões, mostra uma posição de quem, ainda que não seja militante da Consulta, está muito próxima à ela, se colocando disponível ao debate. Fornece, portanto, uma contribuição que incita o aprofundamento de temas importantes (levantados por ela em outros momentos da pesquisa) tais como a idéia de projeto enquanto utopia, cuja concepção freiriana já foi abordada neste trabalho; a diferença entre projeto nacional e projeto nacionalista, cuja compreensão pode ser extraída do livro “Educação como prática da liberdade”, também de Paulo Freire, etc..

Contrastando com esta visão, no que se refere ao diálogo, elemento que aparece como princípio democrático na pedagogia freiriana, outros entrevistados o identificam como presença positiva nas praticas da Consulta Popular: “sentido e valores de grupo, de identidade, convergência”; “interesse pela interlocução e a certeza de que o conhecimento é gerado por ela”; “pluralidade de idéias combinada a uma convivência na diversidade”; e assim por diante..

É importante destacar essas contradições porque é a partir delas e junto com elas que se darão as ações e lutas concretas que poderão levar à construção de um Projeto Popular para o Brasil. A transição do atual estado da realidade brasileira se fará não apenas entre novos e velhos temas, mas também e principalmente na construção plural dos novos temas que deverão se impor sobre os velhos.

Do ponto de vista metodológico, Paulo Freire nos ajuda a pensar o Brasil a partir do que ele é; das próprias potencialidades criadas e recriadas pelo seu povo, que não é uma entidade abstrata – “*são todos aqueles e aquelas que fazem parte das classes populares: os trabalhadores do campo e da cidade, os marginalizados e excluídos de direitos em nossa sociedade, as minorias étnicas; enfim, todos, excetuando a burguesia, as elites que colonizam nosso país há mais de 500 anos.*”⁴⁸

Um dos grandes ensinamentos de Paulo Freire incorporados pela Consulta Popular é “aprender a captar os grandes temas de cada época histórica”.⁴⁹ Temas, cujo significado social, permita compreender a dinâmica e as relações entre as várias dimensões da realidade, transformar esta compreensão em ações que gerem novos temas e assim sucessivamente. Avançar nessa metodologia é um grande desafio para a CP, de forma a ir confrontando a idéia de tema único, massificada pela mídia.

Ao lançar a discussão sobre as Dívidas Sociais e a Dívida Externa, a CNBB soube captar o grande tema do seu tempo. A consulta Popular que esteve imbricada neste processo, terá que responder agora, junto com a base das igrejas, aos novos desafios colocados pelo Plebiscito. Este é um exemplo prático da importância na escolha de temas que gerem – daí o nome: *tema gerador* – novos aprendizados e novas ações.

As ações desencadeadas pelos temas geradores, estreitam os laços entre os militantes e o povo em geral., permitindo àqueles aprenderem a linguagem deste, trocarem saberes e irem consolidando uma rede de resistência, gerando ações cada vez mais potentes, mais abrangentes, capazes de provocar mudanças mais profundas na sociedade.

“Por isso, desde já, saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época. Esta, por outro lado, se realiza à proporção em que seus temas são captados e suas tarefas resolvidas. E se supera na medida em que temas e tarefas já não correspondem a novos anseios emergentes, que exigem, inclusive, uma visão nova dos velhos temas. Uma época histórica representa, assim, uma série de aspirações, de anseios, de valores, em busca de plenificação. Formas de ser, de comportar-se, atitudes mais ou menos generalizadas, a que apenas os antecipados, os gênios, opõem dúvidas ou sugerem reformulações. Insista-se no

⁴⁸Eblin, militante do MST no RJ. *Premissas do trabalho de formação*. Contribuição a outro texto feito pelo Sérgio, SENJ/RJ, maio/2000.

papel que deverá Ter o homem na plenificação e na superação desses valores, desses anseios, dessas aspirações. Sua humanização ou desumanização, sua afirmação como sujeito ou sua minimização como objeto, dependem, em grande parte, de sua captação ou não desses temas. Quanto mais dinâmica uma época na gestão de seus temas próprios, tanto mais terá o homem de usar cada vez mais funções intelectuais e cada vez menos instintivas e emocionais. Exatamente porque, só na medida em que se prepare para esta captação, é que poderá interferir, ao invés de ser simples espectador, acomodado às prescrições alheias que, dolorosamente, ainda julga serem opções suas.”⁵⁰

Sem que se pretenda ‘gênio’, a Consulta Popular está, na prática, chamando para si este papel de “antecipados”, ao qual Paulo Freire se refere no texto citado. Se por um lado é pretensioso, por outro é o desafio posto a todos e todas que, compreendendo o atual período histórico, querem contribuir com a criação das condições subjetivas necessárias à sua transformação. O outro desafio – tão importante quanto esse – é não permitir que esta relativa “antecipação”, seja absolutizada, distanciando-a do povo e, portanto, dos objetivos propostos.” O segundo desafio, talvez seja mais difícil que o primeiro, pois pressupõe humildade, seriedade, paciência histórica, enfim a incorporação de todos os valores que façam do militante um verdadeiro lutador do povo. E aqui também, Paulo Freire tem um grande legado a nos ensinar.⁵¹

4. A pedagogia do Exemplo

Imersos que estamos neste período histórico que se consubstanciou numa crise permanente, perdemos a capacidade de nos indignar – a violência, a fome, a destruição do meio ambiente fazem parte de uma rotina que não tem fim e, por isso tende a se naturalizar.

A Consulta Popular, através da pedagogia do exemplo que é exercitada nas marchas, nas assembléias, na solidariedade à todas as lutas populares, tenta não apenas desafiar os seus militantes a se ornarem melhores como seres humanos, mas também arrancar as pessoas desse estado de imersão e mostrar-lhes que elas mesmas, lutando

⁴⁹ Sobre esta questão vale a pena ver as seguintes obras de P. Freire: *Educação como prática da liberdade: Ação cultural para a liberdade e Educação e mudança*, onde ele também trabalha o conceito de sociedade em transição.

⁵⁰ FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 16ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

unidas, reencontrarão a paz, comida em abundância, os peixes nos rios, o sol atrás das montanhas, a vida que merece ser vivida.⁵²

Todas as análises que desenvolvemos até agora neste trabalho, dialogando com os militantes pesquisados, com os referenciais teóricos, estudando os documentos da CP e pela nossa própria participação em suas atividades, nos fez perceber que o grande esforço despendido nestes três anos, tem se concentrado na construção da pedagogia do exemplo.

No primeiro capítulo, dissemos que a fundação da Consulta Popular se assenta em duas críticas: uma à direita e óbvia – portanto não necessita ser retomada aqui; e outra à esquerda e polêmica – que precisa ser retomada neste item, porque ela é a base do que estará sendo analisado aqui.

Tentando responder às duas críticas, além de seu objetivo político, que é a construção Projeto Popular para o Brasil, a Consulta carrega um outro objetivo fundamental, de natureza ideológica – *“enfrentar três crises interligadas e profundas que se difundiram amplamente no seio da esquerda brasileira, nestes últimos 15 anos:*

- a) *uma crise de valores:* expressa na submissão do projeto coletivo aos projetos individuais ou, a redução dos objetivos de longo prazo a objetivos imediatos;
- b) *uma crise de prática:* que distanciou as direções das bases, transformando-os em gerentes de aparelhos burocratizados;
- c) *uma crise de pensamento:* expressa na ambigüidade de posições, no pragmatismo e incapacidade de formulações mais abrangentes.”⁵³

O resgate dos fundamentos e princípios da pedagogia socialista sedimentam o desafio da construção da pedagogia do exemplo – transformar as circunstâncias e os homens; as estruturas e as relações; o mundo e as pessoas. Desafio este que é permanente e cujos frutos não pode ser colhido em três anos.

⁵¹ Ler Pedagogia da Autonomia: valores necessários à prática educativa e Ação cultural para a liberdade, pp. 78-85. Neste último texto, Paulo Freire se materializa esplendidamente na “consciência da consciência revolucionária”.

⁵² É esse sentimento que se expressa nos três textos que compõem a Cartilha n.º 9: “Valores de uma prática militante”, São Paulo : Consulta Popular, fev/2000.

⁵³ Cartilha n.º 10: *Um passo à frente na Consulta Popular*. São Paulo, junho/2000.

4.1. Valores de uma prática militante

A discussão de valores na Consulta Popular parte do pressuposto de que os militantes de hoje são a projeção histórica dos de ontem e, portanto, responsáveis pelo futuro que será legado a seus descendentes – parte, portanto, da noção de responsabilidade histórica.

São as virtudes, expressas como exemplo na prática militante que permite ao povo (junto de quem sempre devem estar) perceber a diferença de nosso projeto e o projeto das elites – a prática é sempre o critério da verdade.

“Na medida, porém, em que a verdadeira utopia implica na dialetização da denúncia e do anúncio, a liderança revolucionária não pode:

- a) denunciar a realidade sem conhecê-la;*
- b) anunciar a nova realidade sem ter um pré-projeto que, emergindo na denúncia, somente se viabiliza na práxis;*
- c) conhecer a realidade distante dos fatos concretos, fontes de seu conhecimento;*
- d) denunciar e anunciar sozinha;*
- e) não confiar nas massas populares, renunciando à sua comunhão com elas.”⁵⁴*

Como esses valores se expressam na prática militante da Consulta Popular, de certa forma já foi discutido na introdução do capítulo II, quando dialogamos com as respostas de alguns entrevistados da nossa pesquisa.

Cabe, entretanto, resgatar uma das respostas, não comentada anteriormente, cuja contribuição tem tudo a ver com o que está se discutindo neste item, avançando inclusive no próximo, que tratará das qualidades dos lutadores do povo, ambos estreitamente imbricados.

“A ideologia burguesa é algo profundamente enraizado nas práticas políticas de esquerda no Brasil. Reproduzimos o individualismo, os jogos de poder, os valores, hábitos que vão desde o consumo até as relações afetivas e sociais autoritárias, com desrespeito, falta de ética, etc. Ou seja, temos um discurso progressista, feminista, libertador mas práticas contraditórias (e como superar isso?) Não tenho percebido, ainda, a superação disso na Consulta, pois somos

⁵⁴ FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 6ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

homens e mulheres concretos, que vivem essas relações (burguesas, mesmo sendo críticos a ela) e o desafio é problematizarmos mais o que essa cultura burguesa representa, caso contrário jamais teremos de fato, uma práxis emancipatória, e dialogar, dialogar, dialogar será fundamental.

Na verdade, somos parte (produtores e produtos) da realidade onde estamos inseridos, afinal “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais.”⁵⁵ Assim temos que travar uma luta conosco mesmos, para nos superarmos na própria prática que transforma a realidade que nos condiciona a ser o que somos.

4.2. Qualidades de um lutador do povo

Este item, embora seja continuação do anterior dada à sua estreita relação, merece iniciar explicando o que a Consulta Popular chama de *lutador do povo*. E, para tanto, vamos citar uma espécie de parábola, tão própria dos textos de Ademar Bogo, membro da coordenação nacional do MST e colaborador da CP:

“Se o mundo fosse um coelho, a maioria das pessoas estaria escondida entre os pelos, procurando um lugar seguro, rente ao couro, em busca do calor aconchegante para garantir uma vida tranqüila. Enquanto que, os lutadores estariam se arriscando, agarrados na ponta de cada pelo, e de lá gritariam para que as pessoas não se acomodassem, pois há tanta coisa a fazer e a observar no universo: por que ficar lá embaixo?

Aos lutadores do povo, poderíamos também chamá-los de militantes, quadros ou revolucionários. São aqueles que se arriscam, fazem tremer os torturadores que pensam que através da dor conseguem retirar informações da consciência de pessoas tão dignas, que bebem energia nas virtudes e valores que acreditam. É nesta fonte que bebem e buscam forças para resistir.

Mas, este mistério de resisti, sorrir mesmo na dor, chorar para comemorar as vitórias, cantar para dizer poesias, somente entende quem sinceramente vive e sabe abraçar esta grande causa da libertação do povo.”⁵⁶

⁵⁵ MARX, K e ENGELS, F. *A Ideologia alemã (Feuerbach)*, 5ª ed. São Paulo : Hucitec, 1986.

⁵⁶ Cartilha n.º 9: *Valores de uma prática militante*. São Paulo : Consulta Popular, 2000, p. 50 e 51

O texto citado, poético e forte, por certo assusta e apaixona ao mesmo tempo e está encharcado da idéia já discutida várias vezes neste trabalho, de total dedicação à causa; o que exige um desprendimento à altura da responsabilidade do projeto que a CP está tentando construir.

Vamos então às qualidades que devem ser desenvolvidas pelos lutadores do povo a fim de que ganhem força e coragem suficiente para trocar o “aconchego do couro do coelho, pelo risco nas pontas dos pelos”.

Grande parte dessas qualidades já foram discutidas no item “elementos da pedagogia socialista” e coincidem com o que Makarenko chamava de “qualidades do caráter do homem comunista”.

Como já dissemos, qualidades e valores aqui se confundem⁵⁷ :

- a) *solidariedade* com todos os oprimidos do mundo, entendida como algo maior do que doar o que nos sobra, mas sim também o que nos pode fazer falta;
- b) *indignação* não apenas contra as injustiças, mas contra as atitudes de quem as comete, em qualquer lugar do planeta, transformando-as em atitudes, ações concretas em defesa dos injustiçados;
- c) *compromisso*, que é atitude de permanente vigilância e dedicação aos objetivos traçados coletivamente (não se deixar esmagar, nem se deixar cooptar, resistir sempre; contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres – são os ensinamentos de Florestan Fernandes);
- d) *coerência*, encarnada como exemplo em todas as dimensões da vida; sem coerência não há práxis social transformadora);
- e) *esperança* na história da luta do povo, que a cada momento explode em rebeldia, acordando de um sono aparentemente profundo e se erguendo contra todas as injustiças)
- f) *confiança* nas próprias potencialidades (condição para resgatar a auto-estima) e na capacidade do povo de criar o novo, quando tudo parece estar perdido; lembrar que impérios já foram derrubados pela força e determinação dos povos;
- g) *ternura*, como reconhecimento de que há vida em tudo; de que a vingança não liberta ninguém; saber punir, sem ferir a dignidade humana de quem está sendo punido (sem o que nos igualaríamos aos torturadores).

⁵⁷ A leitura dos textos que compõem a Cartilha n.º 9, ajudam na compreensão deste tema.

Estes e muitos outros valores estão postos como desafios para os militantes da Consulta Popular; e não só para eles, é evidente, mas à toda a humanidade. O fato de resgatá-los, colocá-los em discussão num momento como este que estamos vivendo, já se constitui mérito por si só, pois impulsiona a auto-avaliação e a conseqüente revisão das práticas.

4.3. A idéia de sacrifício pessoal

Este debate foi desencadeado na Consulta Popular, principalmente a partir de fevereiro de 2000, quando ocorreu o Curso Nacional de Formação de Formadores. A fala de João Pedro Stédile (membro da coordenação nacional do MST) pautou o debate, desencadeando a discussão nos corredores e brigadas. Entre outros aprendizados, no balanço que ele estava fazendo dos dois primeiros anos de CP, ele destacou: *“descobrimos que é preciso mudar a prática de fazer política. O centro da ação política não é articular por cima, mas quem organiza por baixo. É preciso discernir entre o discurso e a prática; recuperar valores socialistas e humanistas (solidariedade, companheirismo, etc.); recuperar na prática individual e coletiva, o espírito de sacrifício dos lutadores do povo.”*

Perguntado sobre como compatibilizar o espírito de sacrifício militante com a possibilidade de se viver bem enquanto indivíduo, ele respondeu: *“esta é uma questão que só pode ser respondida individualmente – o que significa viver bem?”*

Na verdade, a idéia de sacrifício pessoal está posta em todos os textos revolucionários. A doação à causa sempre esteve pautada nas lutas da humanidade contra a opressão. Fossem elas movidas pelo espírito religioso (Jesus Cristo, Gandhi, Antonio Conselheiro, Frei Tito), fossem elas de natureza materialista (de Marx à Che Guevara, passando por todos os outros exemplos que a história já produziu fora e dentro do Brasil: Zumbi, Tiradentes, Marighella, Lamarca, Antonio Teixeira Soares, etc.)

Esta é uma questão complexa. As próprias respostas ao questionário aplicado atestam isso: *“A verdade não é só o que eu digo, mas aquilo que eu pratico. O povo segue a verdade. O povo tem dificuldade de compreender a teoria, mas muita facilidade de assimilar exemplos.”*(Metalúrgico, militante da CP no RS).

A questão do exemplo pode ser entendida de várias formas e estas formas têm a ver com a própria concepção de luta e os níveis de enfrentamento a que se está disposto.

Florestan Fernandes dizia que “*as classes subalternas devem assumir o comando de seu próprio destino e conquistar, pela razão (preferencialmente) ou pela força (se necessário) o seu lugar aos sol.*”⁵⁸

A Consulta Popular tem colocado a discussão da revolução brasileira a partir das contribuições de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, desde os seus primeiros encontros no Instituto Cajamar em 1998. A natureza da elite brasileira obriga as classes populares a encararem de frente esta possibilidade, porque a elite não quer ceder nada.

Os estudos mostram que o Brasil é o país mais desigual do mundo, embora tenha chegado a ser a oitava economia. E sempre foi assim, do “descobrimento” ao atual estágio de “neocolonização”. Pede-se sacrifício aos trabalhadores para fazer crescer o bolo, mas na hora de reparti-lo, é sempre cacete na cabeça dos pobres. A história brasileira está cheia de exemplos de lutas populares, literalmente esmagadas pelos ricos.

Que caminho então seguir para construir a felicidade? Esta é a questão!

Para Florestan Fernandes “a revolução democrática (que seria uma combinação de democracia burguesa com lutas populares por reformas estruturais, a exemplo do que aconteceria talvez em 64 não fosse abortada pelo golpe militar) leva necessariamente à revolução nacional (o que acontece por causa da reação do imperialismo; para fazer as reformas estruturais é preciso estancar a sangria causada pela dívida externa, cortar o cordão umbilical com o FMI e os EUA, única forma de fazer distribuição igualitária de renda: ou todos serão pobres ou todos serão ricos); para que as conquistas da revolução nacional sejam asseguradas, além do caráter anti-imperialista, ela tem que se alongar em revolução socialista – a revolução cultural (de caráter anti-capitalista) que significa construir valores, identidade, organizar o Brasil de dentro para fora.”⁵⁹

A partir das idéias de Florestan Fernandes, podemos fazer um exercício de abstração. O que teria acontecido se em 1989 o Lula tivesse sido eleito presidente da República e iniciasse a aplicação do Projeto Democrático-Popular? Os latifundiários e os especuladores de terrenos urbanos, teriam se submetido à democracia burguesa, permitindo que as reformas agrária e urbana fossem colocadas em prática? Em caso de impasse, como se comportaria o governo Lula? O povo? As forças armadas?!

⁵⁸ SAMAPIO Jr., Plínio de A. *O legado de Florestan Fernandes*. São Paulo, 18/12/97.

⁵⁹ Plínio de Arruda Sampaio Júnior trabalha esta questão no texto sobre o legado de Florestan citado acima e também na sua exposição sobre o tema no Curso Nacional de Formadores da Consulta Popular, cujas anotações foram por mim sistematizadas para o presente estudo.

Um movimento político sério que quer construir um Projeto Popular para o Brasil a partir da luta do povo, não pode se furtar de abrir este debate e é o que a Consulta Popular está fazendo. “É preciso falar claro”, dizia Gramsci – “a realidade é demasiado trágica para que se possa brincar com as palavras de duplo sentido”⁶⁰. Ainda que ele estivesse falando numa conjuntura fascista italiana, suas palavras servem de alerta, principalmente considerando-se a conjuntura latino-americana hoje.

Mesmo falando-se em construção de hegemonia, a partir de um amplo trabalho de educação política, o movimento enfrentará a reação. Não fosse assim, Paulo Freire não teria sido preso em 64, ainda que sua única arma, fosse um método de alfabetização de adultos que, além de ensinar a ler as palavras, ensinava também a ler o mundo.

A elite que mora no Brasil (porque brasileira nunca o foi) não quer construir aqui um estado de bem-estar social. A sua natureza, diferentemente da elite europeia e norte-americana – pelo menos até umas três décadas atrás – é predatória, excludente e violenta. Como enfrentá-la? Esta é a questão. E aí reside o desafio da Consulta Popular e de todo o povo brasileiro.

Ainda que superficialmente, já havíamos iniciado esta discussão no item que tratou dos elementos da pedagogia socialista. Retomamos agora, a partir das respostas dos entrevistados à esta questão. São respostas longas e ricas em reflexão. Buscaremos dialogar com elas daqui para a frente.

“(...) A revolução que queremos, passa por uma revolução interior; passa por uma visão não cartesiana de mundo. O que temos como desafio não é construir mártires, mas fazermos de todos, sujeitos de suas vidas, com autonomia intelectual e moral, para contribuir na construção da história.”(filósofa, militante da CP em Curitiba)

“(...) não basta que um seja exemplo num momento, mas que todos sejam exemplo sempre. (...) Valores e padrões de conduta não se formam somente pelo exemplo e razão, mas também pela emoção/afetividade. Eu resumiria da seguinte forma a questão: 1) é necessário que os militantes sejam e pratiquem os exemplos; 2) é importante refletir e aprender/ensinar sobre valores e padrões de conduta; 3) é necessário constituir espaços de interação humana, no qual, a emoção e o afeto se constituam em laços efetivos entre pessoas que comungam determinados valores e padrões de conduta – espaços de

⁶⁰ GRAMSCI, Antonio. *Escritos político*. Volume III. Lisboa : Seara Nova, 1977, p. 19.

identidade, no qual se compartilha um sentimento de pertença.”(historiador, assessor do curso de multiplicadores).

“(...) Precisamos tomar cuidado para não divinizar e transformar em mito, personagens que, por serem humanos, sem dúvida deviam possuir uma série de defeitos, tanto em nível político como nas suas vidas particulares. Porém, precisamos sim tomar como exemplo, muitas de suas ações e seus atos de coragem e resignação. Muita gente deu seu sangue por ideais, e não se pode negligenciar isso, esquecendo atos verdadeiramente heróicos.(historiadora, assessora do curso de multiplicadores e militante da CP em Curitiba).

As três contribuições acima mostram que, os exemplos históricos incorporam valores universais, os quais devemos nos esforçar também por incorporar; entretanto, ser exemplo não implica necessariamente em transformar-se em herói, o que acontece, na verdade, quando o “ser exemplo”, enquanto sacrifício pessoal, é levado às últimas conseqüências. De qualquer forma é bom lembrar que os exemplos históricos não se tornam mártires ou heróis por opção sua ou de seus grupos, mas pela intolerância e violência dos dominadores.

Temos aqui uma equação difícil de resolver. Quem sabe, se tivéssemos instrumentos pedagógicos tão potentes, que fossem capazes de convencer a burguesia de que ela mesma se desumaniza nesse processo... Ou, se nossos instrumentos pedagógicos pudessem suplantar os da burguesia e conseguíssemos arrancar do silêncio, a grande maioria dos oprimidos, num tempo histórico razoável, quem sabe não tivéssemos tantos mártires! A equação histórica precisa ser resolvida, porque a violência sempre embrutece as pessoas e acaba por gerar novos atos de violência. Mas... há maior violência, portanto maior embrutecimento do que a miséria e a fome, por dias e dias a fio?!

Por certo aqui reside o ponto mais polêmico entre todos os tratados até agora neste trabalho. E, ainda que apareça nos documentos escritos e nas falas de alguns militantes da Consulta, com mais ou menos veemência, é um tema que precisa ser encarado e aprofundado. E João Pedro está certo quando diz que esta é uma questão a ser respondida por cada militante, porque se a luta é coletiva, a decisão de entrar nela é individual, a menos que a “opção” seja previda por absoluta necessidade de sobrevivência.

O tema do sacrifício pessoal bate de frente na questão da individualidade e subjetividade, versus coletividade e objetividade. É a velha história: “gato escaldado tem



medo de água fria”. Carregamos nas costas – queiramos ou não – uma experiência histórica, que é tomada como exemplo por um lado e rechaçada por outro. Ainda que bebamos na fonte da pedagogia soviética pré-stalinista; ainda que gritemos que o “o nosso socialismo não pode ter morrido porque ainda não o construímos”⁶¹!

Voltemos aos nossos entrevistados. Citaremos a seguir, trechos da contribuição da psicóloga e militante da CP em SP, que tem demonstrado muito apreço por esta discussão e dado uma contribuição muito importante:

“A Consulta Popular se propõe compreender a História e a conjuntura atual do Brasil da forma mais ampla e realista possível. Esforça-se para enxergar suas características específicas, conhecer suas qualidades e falhas para, a partir daí, vislumbrar possibilidades de um socialismo brasileiro. Essa tentativa demonstra um cuidado em manter os pés no chão e em propor um caminho viável, real, possível. Enfrenta muitas críticas exatamente por isso, por não idealizar o passado, o presente, nem o futuro. Buscar trazer o socialismo para o mundo real, sendo esta sua maior riqueza. Dentro desta perspectiva há espaço para essa mesma postura em relação à compreensão do ser humano. Se pudermos compreender as características humanas com o mesmo esforço e desprendimento da idealização com que compreendemos a sociedade brasileira, estaremos dando um passo efetivo em relação à construção do Projeto Popular para o Brasil.(...)”

(...) Sabemos que mais do que articular discursos, teremos que avançar na construção de uma postura, de uma atitude na relação com o povo, dentro dos seus movimentos organizados e também na busca de organizá-los. Também falamos que nossas atitudes devem constituir-se na nossa pedagogia do exemplo. Então precisamos avançar mais na compreensão desta atitude, desta forma de atuação, onde irá se embasar a construção de toda estrutura da Consulta Popular. É mais fácil cairmos na armadilha da idealização desta postura, assim como é mais fácil nos apegarmos a dogmas, receitas prontas de como chegarmos ao socialismo abstrato. Proponho então um esforço de reflexão para darmos mais forma e conteúdo ao que chamamos a postura ou valores do militante da CP. (...)”

(...) a solidariedade não é apenas um valor moral, é uma forma quase concreta, palpável, de sobrevivência e salvação. Se for abordada desta forma fará muito mais

⁶¹ Cartilha n.º 9: *Valores de uma prática militante*. São Paulo : Consulta Popular, 2000, p. 62.

sentido. Se nos identificarmos com o bem, e vemos no capitalismo o mal, não estaremos preparados para trabalhar com a realidade em que vivemos. Nos distanciaremos das pessoas de verdade, das pessoas que estão dentro deste terrível contexto, pessoas que compõem nossos movimentos, em nome de um homem novo, que não existe de fato. Onde está aquela capacidade muitas vezes sutil, frágil, embrionária, assustada, de confiar na aliança entre as pessoas? É para aí que se deve voltar o olhar o militante da CP.”

A riqueza da contribuição desta entrevistada não pára aí. Este, na verdade é um tema que demandaria uma monografia específica. O destaque que demos a ele, entretanto, tem o objetivo de explicitar o nível de preocupações que circulam entre os militantes da Consulta e que não se reduzem à crítica pura, mas ao compromisso de propor caminhos, de avançar; o que faz da Consulta Popular um exemplo, enquanto sujeito pedagógico coletivo, cuja vida não ultrapassa três anos.

O fruto deste trabalho pode ainda não ser visível, mas com certeza, há muitas sementes espalhadas por este Brasil afora, em processo de germinação. Se o solo e o clima ajudarem, poderão romper em quantidade e qualidade jamais vistas na história da esquerda e do povo brasileiro.

“A gestação do novo, na história, dá-se, freqüentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante. É exatamente por isso que a ‘qualidade’ do novo pode passar despercebida. Mas a história se caracteriza como uma sucessão ininterrupta de épocas. Essa idéia de movimento e mudança é inerente à evolução da humanidade. É dessa forma que os períodos nascem, amadurecem e morrem.”⁶²

Assim, se os militantes da Consulta Popular mantiverem-se firmes em seus princípios, souberem *entender e fortalecer os pontos de encontro das redes sociais, onde os saberes do povo vão se construindo e reproduzindo; às quais estão fortemente amarrados valores, identidades*⁶³, poderão dar uma forte contribuição à criação de uma potente vontade popular, que tome em suas mãos os destinos do país.

⁶² SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 2º ed. Rio de Janeiro : Record, 2000. P. 141.

⁶³ ARROYO, Miguel. *A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a construção do Projeto Popular para o Brasil*. Exposição feita no Curso Nacional de Formação de Formadores da Consulta Popular, Ibité, MG, fev/2000.

4.4. A mística, a cultura, a simbologia, a alegria

A mística, a cultura, a simbologia, a alegria, são a marca das atividades desenvolvidas pela Consulta Popular. Entretanto, percebe-se que são mais facilmente incorporadas e desenvolvidas pelos trabalhadores do campo.

Perguntados sobre o por que dessa diferença, os entrevistados, de maneira geral a associam com a questão da racionalidade que permeia as relações urbanas “*e sua mediação pelas regras do mercado, enquanto as formas de vida no campo, apresentam um conjunto de valores mais sensíveis ao simbólico*” (geógrafo, militante da CP no interior do Paraná).

Talvez seja esta mesma racionalidade que influencie um outro aspecto levantado por outro entrevistado. Os movimentos do campo, em especial o MST, envolvem toda a família nas suas atividades, ao contrário dos movimentos urbanos, onde via de regra e, mais marcadamente no movimento sindical, a lógica é muito masculina. Mesmo quando as mulheres participam o jeito de fazer as coisas é muito dos homens (até por uma questão de sobrevivência no meio).

Ainda que a Consulta Popular não tenha a mesma “*força coesionadora do MST – cuja luta implica em adesão total de tempo, esforço físico, comprometimento moral – podemos aprender com algumas experiências históricas (...) Os italianos do começo do século em Curitiba e em São Paulo, estavam apartados da sociedade pela condição de classe (operário) e social (linguístico-cultural). Permeados pelo anarquismo, não separavam as atividades culturais da classe, da ação política anarquista (como as quermesses, atividades de lazer e folclore para toda a família e também de politização). O PT do começo dos anos 80 era assim. Os bailes, o ‘risotão pastoral’, os comícios... Eram experiências marcantes. Penso que deveríamos ser mais coesionadores.(...) Fazer com que as pessoas que lutam e refletem juntas pudessem se divertir, falar sobre futebol (...) Gostaria que a minha filha, crescesse com amizades e referências boas nas atividades da esquerda. Mas acho que seria frustrante levá-la em cursos ou debates. Gostaria que ela convivesse com os filhos dos companheiros, fizesse amizade, compartilhasse signos, emoções, valores, hábitos e rituais, com adultos e crianças. Que da convivência, brotasse a indignação com o sistema capitalista e a identidade com a luta pelo socialismo. Gostaria que tivéssemos espaços para as crianças, companheiros e companheiras, amigos e parentes. Oportunidades de lazer, de rituais, enfim de construção de identidade.*”(Historiador, assessor do Curso de Multiplicadores, em Curitiba).

Um outro depoimento é ilustrativo desta racionalidade urbana a que estamos submetidos, acabando por reproduzi-lo:

“Acho que estamos muito impregnados de um certo tipo de ‘ritual educativo’ que é aquele tradicional, de raízes europeias, clássicas, cartesianas e elitistas; e admite-se pouco (ou até mesmo não se admite) manifestações que fujam deste modelo. No meio urbano somos mais influenciados por estes rituais da ‘civilização’. É preciso romper alguns condicionamentos que tomaram conta da educação formal, para se aceita outras formas de ensinar e de aprender. Eu considero muito importante a disciplina, o estudo sistematizado, a leitura obrigatória (mesmo que não seja ‘prazerosa’), a ‘contenção física’ de alunos quietos e concentrados. Acho que aprendi muito estudando desta maneira. Mas, talvez, estes momentos encerrem gestos e procedimentos ritualísticos com os quais estamos habituados e por isso, eles não nos causam estranheza. Talvez consigamos aprender mais sobre Rosa Luxemburgo, por exemplo, num momento de emoção, de homenagem, de leitura em voz alta e coletiva de aspectos de sua vida, do que lendo páginas de sua biografia, de maneira silenciosa e tradicional. O conhecimento absorvido assim é mais emocional e talvez, atinja outras camadas do consciente e do inconsciente. Gosto muito das místicas do MST, porque acho que elas conseguem unir razão e emoção, uma união que as teorias educacionais sempre pregam, mas que nem sempre conseguem por em prática. “(Historiadora, assessora do Curso de Multiplicadores e militante da CP em Curitiba).

Ainda neste aspecto da simbologia, a pesquisa levantou uma outra questão: as marchas, as colunas, as brigadas, cuja aplicação a Consulta Popular está experimentando, são marcas do MST e lembram a metodologia utilizada por Makarenko na URSS pós-1ª guerra mundial. Existe uma associação destes aspectos com a militarização enquanto simbologia?

“A tradição cultural ritualística, só tem sentido se entendermos seus significados, se incorporamos conscientemente seus significados, caso contrário os rituais desempenham uma função alienante e dominadora, como são os rituais em nossa sociedade hoje, inclusive na escola, desempenhando funções de excluir e não de integrar. Não considero muito positivo, a forma como esses rituais são reproduzidos no MST, sem muito espaço para questionamento; estes são práticas militarizantes também. O desafio, me parece, é construir algo de forma organizada, consciente, sem massificar, sem

hierarquizar tanto. Todo ritual passa por uma identificação subjetiva; percebo nos movimentos urbanos uma diversidade maior do eixo de lutas que precisam se integrar em objetivos comuns (uma sociedade melhor), o eixo do MST é a terra e este integra pouco as lutas dos movimentos urbanos, como a questão de raça, gênero, etc. como querer reproduzir rituais, sem integrar esses eixos? Não sei se isso é útil para entendermos a questão!” (Filósofa, participante do Curso de Multiplicadores, em Curitiba).

Ainda que de um ponto de vista diverso dos anteriores, o debate entre racionalidade/objetividade e emoção/subjetividade continua pautado.

Na nossa compreensão, o “aspecto alienador dos rituais” tem a ver com seus objetivos e conteúdos. A sociedade capitalista utiliza “racionalmente” os símbolos e os rituais (religião, carnaval, futebol) para vender coisas. Esta lógica mercantilista em busca do lucro, se expressa em ideologia incorporada nos objetos – e isto é alienador. Ao contrário disto, o conteúdo dos símbolos e rituais, expressos nas místicas do MST e da Consulta Popular, trazem `a tona, as lutas do povo contra a opressão. E, por sua vez, estão sempre associados ao tema gerador do conjunto da ação, seja ela, um curso, uma marcha, uma assembléia – integra, ajuda a construir o pensamento abrangente. Diferente da utilização capitalista dos símbolos e rituais, que fragmenta, parcializa, individualiza, empobrece o espírito.

A questão é: os seres humanos aprendem só pela razão? Para nós urbanos, impregnados e introjetados que estamos desta racionalidade mercadológica e também porque temos assistido à utilização simbólica como meio de massificar, acabamos por negá-la e, com isso, perdemos a oportunidade de utilizá-la (a representação simbólica) como instrumento de libertação.

A Consulta Popular está se construindo, portanto aprendendo na prática a fazer diferente; e, como todo aprendizado, comete erros. A escolha dos símbolos, a construção das místicas, por vezes pode não estar completamente integrada à totalidade da atividade, mas é visível o esforço neste sentido. O acompanhamento sistemático das atividades revela este crescimento. Quem acompanhou a Assembléia dos Lutadores do Povo no Paraná em sua totalidade, percebeu a construção da temática desde a mística inicial, até a mística de encerramento. Que orador, expositor, professor ou “método científico” poderia expressar com tanta força o processo de formação do povo brasileiro, melhor do que os próprios índios, negros, camponeses, mulheres e crianças que lá se organizaram e, através da

mística, expuseram suas danças, seus cantos, sua vestimenta, seus instrumentos de trabalho, sua luta?!

“O ser humano aprende a ser humano, aprendendo os significados que outros humanos dão à vida, à terra, ao amor. Temos que partir do significado que a terra tem para quem nela trabalha, por exemplo e mostrar este significado a outros grupos – daí a importância dos rituais, dos símbolos, da mística. Isto explora o que há de mais forte no processo educativo que é a cultura popular. O caráter ritual do processo educativo resgata a unidade educação-cultura, cujo vínculo foi rompido pela racionalidade burguesa, que acabou por ser incorporada também pela esquerda e traduzida na concepção conteudista da educação.”⁶⁴

As místicas, os símbolos, a cultura e a alegria são valores pedagógicos importante porque desenvolvem o espírito construtor, embelezam o ambiente, valorizam o trabalho como única fonte legítima de riqueza, constróem identidade e o sentimento de pertença a uma causa comum, tornam os militantes mais disponíveis e carinhosos, dão vida ao processo educativo, materializam a utopia. Ajudam a compreender que *“acreditar é viver agora uma esperança; é tornar presente um sonho que ainda não é realidade; é firmar os olhos numa certeza e encarar o desafio da vida;”⁶⁵*

A mística, portanto, não é apenas um momento. Ela expressa e estimula valores que se alongam na prática militante. Ai reside a sua dimensão pedagógica.⁶⁶ Não é um teatro, cujo conteúdo se esvai quando as cortinas abaixam. É, na verdade, uma força que *“mais se vive do que se fala sobre ela.”⁶⁷*

⁶⁴ ARROYO, Miguel. *A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a construção do Projeto Popular para o Brasil*. Exposição feita no Curso Nacional de formação de Formadores da Consulta Popular, Ibirité, MG, fev/2000.

⁶⁵ PELOSO, Ranulfo. *A força que anima os militantes*. In: *Mística: uma necessidade do trabalho popular e organizativo*. São Paulo : MST, 1998, p. 7.

⁶⁶ Quando se lê o livro: *Lições da Nicarágua*, organizado por C. R. Brandão, percebe-se essa força mística nos relatos das experiências ali sistematizadas. É impossível não sentir-se pertencente àquela causa.

⁶⁷ PELOSO, Ranulfo. *Ídem*, p. 8.

CONCLUSÃO

*“Resgatar o debate sobre o Brasil e o socialismo:
esta é a função da Consulta Popular.
Como disse Noel Rosa: ‘a vila não quer abafar ninguém,
só quer mostrar que ela existe também’.”*

Plínio de Arruda Sampaio Jr
Ibirité, MG, 01/03/2000

Talvez eu devesse resumir a conclusão desta monografia numa única frase: para entender a dimensão pedagógica da Consulta Popular é preciso participar dela. Isto, entretanto, expressaria apenas um sentimento, não uma análise racional – portanto não científica, não acadêmica. Assim, para concluir, vou destacar os principais elementos que, durante minha pesquisa, pude observar, avaliar e analisar.

Os três anos de existência da Consulta Popular já serviram para resgatar o debate sobre o socialismo, tanto no seio da esquerda, quanto da sociedade como um todo. Portanto já contribuiu para que a idéia de caminho único e de fim da história fosse arranhado.

Esse debate não se limita ao campo das idéias, pois a Consulta propõe a construção coletiva de um Projeto Popular para o Brasil, rompendo com a noção de política restrita ao possível estabelecido pela classe dominante. Ao mesmo tempo crava a idéia de que o socialismo não se constrói do mundo para o país, mas do país para o mundo.

O caminho metodológico escolhido pela CP, centrado na idéia dos três pilares – formação, organização, mobilização – reforça a concepção de onilateralidade do ser humano na medida em que rompe com a prática de que uns devem estudar, outros organizar e outros lutar, fundindo na prática estas três dimensões.

Os princípios fundamentais da pedagogia socialista de que a educação deve ser dirigida para a consecução de um objetivo político e que deve ser praticada coletivamente, estão presentes em todas as suas ações, sejam elas de caráter formativo, organizativo ou de mobilização, dimensões sempre articuladas dialeticamente.

Além desses princípios, a Consulta incorporou a idéia de formação do caráter ou da personalidade coletivista, desafiando seus militantes a cultivarem valores que superem seus estágios atuais enquanto processo de humanização.

Os limites da Consulta Popular concentram-se fundamentalmente na dificuldade de articular organicamente seus militantes e atividades, dando a eles a potência necessária para se constituírem referência socialista em todo o território nacional.

Tal limite têm, de certa forma, a origem no próprio fato de a Consulta Popular não querer se institucionalizar, se transformando em partido político ou coisa parecida, garantindo sua horizontalidade.

Finalmente – e para quebrar um pouco a *racionalidade* desta conclusão – a pesquisa me mostrou que a CP se insere naquilo que o professor Milton Santos tem chamado de “a fase popular da história”.

Da transformação de um período que é em si “a contradição em estado puro”, emergirá “uma força brotando de baixo”, convocando a todas e todos os oprimidos do mundo, a construírem a solidariedade a partir de seu lugares. E, tendo a certeza de que em todos os lugares do mundo os oprimidos estarão fazendo a mesma coisa, se sentirão cada vez mais forte. Até que essa fortaleza e sentimento de pertença sejam tais, que as pessoas possam se encontrar nas fronteiras de seus países, derrubando os muros que ainda existirem e darem-se as mãos como irmãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel. *A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a construção do Projeto Popular para o Brasil*. Curso Nacional de Formação de Formadores. Ibirité, MG : Consulta Popular, fev/2000.
- AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica*. 4ª ed. Piracicaba, SP : UNIMEP, 1996.
- BENJAMIM, César e outros. *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro : Contraponto, 1998.
- _____. *Um passo à frente na Consulta Popular*. Cartilha n.º 10. São Paulo : Consulta Popular, 06/2000.
- BOGO, Ademar. *Valores de uma prática militante*. Cartilha n.º 9. São Paulo : Consulta Popular, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Lições da Nicarágua: a experiência da esperança*. 3ª ed. Campinas, SP : Papyrus, 1987.
- CALDARTI, Roseli. In: PISTRAK. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo : Expressão Popular, 2000.
- CAPRILES, René. *Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista*. São Paulo : Scipione, 1989.
- CARDENAL, Ernesto. *A democratização da cultura*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Lições da Nicarágua*. Campinas, SP : Papyrus, 1987.
- COMISSÃO NACIONAL. *Assembléia dos Lutadores do Povo*, Brasília, 8 a 10 de outubro de 1999. Cartilha n.º 6: São Paulo : Consulta Popular, Nov/1999.
- EBLIN (militante do MST no RJ). *Premissas do trabalho de formação*. Contribuição ao texto de Sérgio Almeida. Rio de Janeiro : SENJ/RJ, maio/2000.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 39ª ed. São Paulo : Cortez, 2000.
- _____. *Ação cultural para a liberdade*. 6ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- _____. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. 3ª ed. São Paulo : Moraes, 1980.
- _____. *Educação como prática da liberdade*. 16ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- _____. *Educação e mudança*. 11ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- _____. *Escritos Políticos, vol. I*. Lisboa : Seara Nova, 1976.
- _____. *Escritos políticos*. Volume III. Lisboa : Seara Nova, 1977.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5ª ed. São Paulo : Paz e Terra, 1997.
- _____. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo : UNESP, 2000.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- _____. *Uma educação para a liberdade*. 3ª ed. Porto : Textos Marginais, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. *Caderno 11 (XVIII): 1932-1933 "Introdução ao estudo da filosofia"*. Tradução de Paolo Nosella. São Carlos, SP : UFSCAR, 1989.
- _____. *Caderno 12 (1932): "Apontamentos e notas esparsas para um conjunto de ensaios sobre a história dos intelectuais"*. Apresentação e tradução de Paolo Nosella, UFSCAR, 1989.
- _____. *Escritos políticos*. Volumes I, II, III e IV. Lisboa : Seara Nova, 1976/1977.
- HARNECKER, Marta. *Fidel. A estratégia política da vitória*. São Paulo : Expressão Popular, 2000.

- JARA, Oscar. *A educação na América Latina: o desafio de teorizar sobre a prática para transformar*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Lições da Nicarágua: a experiência da esperança*. 3ª ed. Campinas, SP : Papirus, 1987.
- MAGDA (militante da CP em São Paulo). *Relatório sobre a reunião de preparação do "Curso dos 100"*. São Paulo, 06/04/2000.
- MAKARENKO, Anton S. *Problemas da educação escolar*. Moscovo : Progresso, 1986.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo : Cortez, 1991.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 5ª ed. São Paulo : Hucitec, 1986.
- NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992.
- PELOSO, Ranulfo. *A força que anima os militantes*. In: *Mística: uma necessidade do trabalho popular e organizativo*. São Paulo : MST, 1998.
- PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo : Scritta, 1995.
- PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo : Expressão Popular, 2000.
- SAMPAIO JR, Plínio de A. *O legado de Florestan Fernandes*. São Paulo, 18/12/97.
- _____. *A atualidade do Manifesto na periferia do capitalismo*. Estudos Avançados 12 (34), 1998.
- _____. *O Pensamento de Florestan Fernandes e Cário Prado Jr..* Anotações feitas nos Cursos Nacionais no Instituto Cajamar (nov/98) e em Ibirité (fev/2000).
- _____. *A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes*. São Paulo, s/d.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Brasil: uma nação para todos*. Texto utilizado originalmente como tese no V Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros, setembro de 1999.
- _____. *Elementos para conhecer a realidade*. In: *Trabalho de Base. Cartilha n.º 4*. São Paulo : Consulta Popular, março de 1999.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Record, 2000.
- _____. *Mestre Milton*. Entrevista à Revista Caros Amigos n.º 17. São Paulo : Casa Amarela, ago/1998.
- _____. *Não sou militante de coisa nenhuma, exceto de idéias*. São Paulo : Revista Adusp, junho 1999.
- STÉDILE, João Pedro. *Transcrição de Exposição no Curso Nacional de Formação de Formadores da Consulta Popular*. Ibirité, MG : 27/02 a 03/03/2000.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 6ª ed. São Paulo : Cortez, 1994.

ANEXO

Questionário

QUESTIONÁRIO ELABORADO PELA ALUNA ANA INÊS SOUZA PARA PESQUISA MONOGRÁFICA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ELABORAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO - SETOR DE EDUCAÇÃO/ DEPLAE/UFPR

Dados do entrevistado

NOME:

FORMAÇÃO:

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

Questões a serem abordadas

01 – A Consulta Popular se assenta em duas críticas fundamentais, de onde demanda suas tarefas políticas, uma à direita (e óbvia) pela opção colonialista e excludente de desenvolvimento, e outra, à esquerda (e polêmica) pelo seu caráter reformista, acomodação às estruturas, incorporação de valores burgueses, etc. Em que medida a Consulta Popular têm contribuído para alterar estas situações sobre cuja crítica ela se fundou?

02 – Os documentos da Consulta Popular, distribuídos neste três anos de existência apontam referenciais teóricos para as diversas áreas das ciências humanas. Na educação ou pedagogia, a única referência é Paulo Freire. Os valores pedagógicos legados por Freire (uma vez que ele não se restringiu à invenção de um método) têm sido incorporados pela Consulta? Como eles se expressam na prática?

03 – A introdução do livro “A Opção Brasileira” começa com uma citação de Gramsci, que em síntese refere-se à construção de uma nova hegemonia. Isto coincide com as falas dos coordenadores da Consulta nos cursos nacionais. Ex. “*Nós viemos aqui para aprender a pensar, a organizar o pensamento e nos instrumentalizar para que ajudemos o povo a ver o mundo por uma outra lógica, que não a do consumo...*” (Plínio de Arruda Sampaio). A Consulta Popular está construindo com a construção de uma nova hegemonia na sociedade brasileira?

04 – As marchas, as colunas, o trabalho em brigadas, a cultura, as místicas, a simbologia constituem a meu ver, o que Miguel Arroyo chama de “*caráter ritual do processo educativo*” e, em certos aspectos, têm também muita semelhança com a pedagogia desenvolvida por Makarenko na sua experiência de trabalho com crianças e adolescentes na URSS do após guerra. Esta metodologia, já incorporada pelo MST (movimento do campo), tenta se desenvolver também na Consulta (movimento que tenta unir campo e cidade). No entanto, parece haver uma certa dificuldade que ela seja incorporada pelos movimentos urbanos (muitos companheiros e companheiras a identificam com militarização). O que vocês têm a dizer sobre isto?

05 – A Consulta Popular procura implantar a construção do Projeto Popular para o Brasil sobre três pilares, que em síntese podem ser identificados com a formação, a organização e a mobilização. É isto que garante a coerência entre teoria e prática. Na sua opinião, que

dificuldades os militantes da Consulta encontram (se encontram) na consolidação deste três pilares? Como isto se relaciona com a idéia de trabalho coletivo, divisão de tarefas, etc.

06 – Dedicção, sacrificio pessoal, disciplina, auto-organização, incorporação e prática de novos valores, são exemplos de qualidades a serem desenvolvidas pelos revolucionários. Isto tem a ver com o que se costuma chamar de *Pedagogia do Exemplo*? Comente.

07 – Críticas, sugestões, comentários complementares.